

# BALANÇO DE GESTÃO

## 2019 / 2020

(PARCIAL FEVEREIRO A JUNHO/2019)



**ANADEP**

Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

### CONSELHO DIRETOR

Diretor Presidente / Pedro Paulo Coelho (ES)  
Diretora Vice-Presidente Institucional / Rivana Barreto Ricarte (AC)  
Diretor Vice-Presidente Jurídico-Legislativo / Gustavo Alves de Jesus (GO)  
Diretor Vice-Presidente Administrativo / Flávio Aurélio Wandeck (MG)  
Diretor de Relações Internacionais / Antonio Maffezoli (SP)  
Diretora adjunta de Relações Internacionais / Adriana Burger (RS)  
Diretor para Assuntos Legislativos / Maria Carmen de Sá (RJ)  
Diretor Jurídico / Augusto Barbosa (SP)  
Diretora de Comunicação / Thaísa Oliveira dos Santos (PR)  
Diretor de Eventos / João Paulo Carvalho Dias (MT)  
Diretor 1º Secretário / Rafael Figueiredo Pinto (AC)  
Diretor 2º Secretário / Murilo Guazzelli (MA)  
Diretor 1º Tesoureiro / Henrique Silva Marques (DF)  
Diretor 2º Tesoureiro / Fabio Namekata (PA)  
Diretora de Articulação Social / Liana Lisboa Correia (CE)  
Diretora adjunta de Articulação Social / Amelia Soares da Rocha (CE)  
Diretor dos Aposentados / Wilton José de Carvalho (PE)

### COORDENAÇÕES REGIONAIS

Diretora Coordenadora da Região Norte / Silmara Borghelot (RO)  
Diretor Coordenador da Região Nordeste / Edmundo Siqueira Campos (PE)  
Diretora Coordenadora da Região Sul / Juliana Coelho (RS)  
Diretora Coordenadora da Região Sudeste / Juliana Bastos Lintz (RJ)  
Diretora Coordenadora da Região Centro-Oeste / Rosana Esteves Monteiro (MT)

### CONSELHO CONSULTIVO

Kanthya Pinheiro de Miranda (AM)  
Ricardo Padoim (PR)  
Andre Vilas Boas (RO)  
Rodrigo Cavalcante Lima (SE)  
Anna Paula Pinto Cavalcante (RN)  
Fabrício Dias Braga de Sousa (TO)

### ESCOLA NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS - ENADEP

Diretora / Ludmilla Paes Landim (PI)

### CONSELHO FISCAL

#### Titulares:

Mayara Lima Tachy (DF)  
Elcianne Viana de Souza (RR)  
Elaina da Silva Rosas (BA)

#### Suplentes:

Lucas Soares Aguiar (PB)  
Humberto Bernardino Sena (MS)

### ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Administrativo / Virgínia Maria Motta da Silva  
Auxiliar Administrativa / Marina Nunes  
Responsável pelo Financeiro / Ana Amélia Maia  
Auxiliar Financeiro / Rodrigo Lopes Matias  
Assessora de Comunicação Social (Coordenadora) / Karyne Graziane  
Assessora de Comunicação Social / Stephanny Guilande  
Estagiária de Comunicação Social / Tainá Sousa

### EXPEDIENTE DESTA PUBLICAÇÃO

Redação / Karyne Graziane  
Edição / Karyne Graziane / Stephanny Guilande / Tainá Sousa  
Concepção Gráfica / Bah Comunicação  
Fotos e arquivos / ASCOM ANADEP / Arquivo ANADEP

# Nova diretoria da ANADEP toma posse em Brasília

Foi no dia 13 de fevereiro deste ano que a trajetória da nossa diretoria começou. Com um discurso que destacou a importância da igualdade social, o defensor público do Estado do Espírito Santo Pedro Paulo Coelho tomou posse como presidente da ANADEP, durante solenidade no B HOTEL, na área central de Brasília. A solenidade empossou também os três vice-presidentes: Rivana Ricarte (institucional, do Acre), Gustavo Alves de Jesus (jurídico-legislativo, de Goiás) e Flávio Wandeck (administrativo, de Minas Gerais), além dos demais integrantes dos conselhos Diretor, Consultivo e Fiscal da entidade para o biênio 2019/2021. A cerimônia reuniu mais de 200 pessoas. Prestigiaram o evento autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, presidentes de Associações Estaduais, ex-presidentes da ANADEP, defensoras e defensores públicos de diversas regiões e representantes da sociedade civil.

Durante a cerimônia, o presidente empossado enalteceu o trabalho coletivo - uma das grandes características da entidade - realizado pela diretoria e representantes das associações estaduais. Ele também falou do desafio de comandar a ANADEP em uma data simbólica, pois em 2019 a entidade completará 35 anos.



# ATUAÇÃO LEGISLATIVA NO PLANO NACIONAL

I

## ANADEP no Legislativo

Durante os primeiros meses de gestão, a diretoria, em parceria com as Associações Estaduais, manteve-se mobilizada no Congresso Nacional para acompanhar a tramitação de projetos de interesse da categoria. O grupo dialogou semanalmente com deputados e senadores de diversos estados e partidos.

**Ao todo foram contactados  
192 parlamentares.**

### Trabalho Legislativo

A Associação também se reuniu diversas vezes com a assessoria parlamentar para traçar o trabalho legislativo. Foram seis convocações para atividades legislativas para definir as estratégias de atuação.



# Assessoria Parlamentar Especializada

A diretoria da ANADEP conta com um serviço especializado para balizar as estratégias das atividades legislativas. Há anos, a Queiroz Assessoria Parlamentar e Sindical presta serviços à Associação, promovendo análises, pesquisas, estratégias e cenários relacionados às conjunturas política, econômica, social, regulatória e institucional do Brasil.



**Enrico Ribeiro**  
Assessor Parlamentar

Diariamente, a assessoria envia à diretoria, via email e whatsapp, a agenda dos Três Poderes e informações dos bastidores, bem como de reuniões dos parlamentares e das bancadas partidárias.

**QUEIROZ**  
Assessoria em Matéria Legislativa e Constitucional

**Radar Legislativo**

**Câmara dos Deputados**

**Reforma da Previdência**  
PEC 6/2019, do Poder Executivo, que promove ampla reforma no sistema previdenciário, desconstitucionalizando as regras gerais, estabelecendo regras de transição e prevendo a criação do regime de capitalização.

**Tramitação:**  
A Queiroz Assessoria elaborou quadro-resumo sobre as 277 emendas apresentadas à PEC 6/2019, conforme arquivo anexo. Das 277 emendas protocoladas, 227 preencheram os requisitos formais e, portanto, foram consideradas válidas, 49 foram julgadas insubsistentes em razão de não terem alcançado o quórum mínimo de apoiantes, e uma foi devolvida ao autor por se tratar de sugestão de emenda a outra proposta legislativa.

**QUEIROZ**  
Assessoria em Matéria Legislativa e Constitucional

**Radar Legislativo**

**Câmara dos Deputados**

**Novo Código de Processo Penal (CPP)**  
PL 8045/2010, do então Senador José Sarney (PMDB/AP), que institui o novo Código de Processo Penal (CPP).

**Tramitação:**  
O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), determinou a criação de Comissão Especial destinada a emitir parecer ao PL 8045/2010. O colegiado será composto por 34 membros titulares e igual número de suplentes que serão indicados pelos líderes partidários.

Até o momento já foram indicados 23 parlamentares para compor o colegiado, sendo 16 titulares e 7 suplentes. Confira relatório de autoria.

**QUEIROZ**  
Assessoria em Matéria Legislativa e Constitucional

**Agenda Legislativa Semanal**  
Período de 03 a 07/05/2019

**Plenário do Senado Federal**  
Dia 03/06, a partir das 11h, Sessão Especial para comemorar o Dia Nacional da Defensoria Pública

**Dia 04/06 - Terça-Feira:**

**Câmara dos Deputados**

Às 09h, Comissão Especial da PEC6/2019 (Reforma da Previdência), Seminário, Auditório Nereu Ramos.

Seminário Internacional/Experiências em Previdência Social  
Acesso aqui a [programação completa](#).

Às 14h, Comissão Finanças e Tributação (CFT), Audiência Pública, Local a Definir  
Audiência Pública/Reforma da Previdência

Alerta Queiroz

**ALERTA QUEIROZ**

**Câmara dos Deputados**

**Decisão coordenada no âmbito da Administração Pública**  
PL 9431/2017, do senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), que altera a Lei nº 9.784, para dispor sobre Decisão Coordenada, aquelas que exijam a aprovação ou a participação de três ou mais órgãos ou entidades, nos termos que especifica, sendo a instância de decisão compartilhada de caráter interinstitucional ou intersetorial, a fim de simplificar o processo administrativo, mediante participação concomitante de todos os agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica, observada a natureza do objeto e a compatibilidade do procedimento e de sua formalização com a legislação pertinente.  
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2166876>

**Tramitação:**  
A presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), denutada professora

# AGEs e reuniões de diretoria

Para democratizar o debate sobre a pauta institucional, a diretoria da ANADEP promoveu, até o momento, cinco assembleias gerais extraordinárias para discutir assuntos de interesse da categoria. Durante as reuniões, o grupo discutiu as estratégias de trabalho da pauta jurídica, legislativa e corporativa. Houve também a reunião de Diretoria que é realizada a cada três meses. A próxima acontecerá em julho.



*Reunião de Diretoria realizada em Abril*



*AGE Março*



*AGE Abril*



*AGE Maio*



*AGE Junho*

# Reforma da Previdência

Considerada um dos projetos prioritários do Governo, a reforma da Previdência (PEC 06/2019) foi protocolada na Câmara dos Deputados em fevereiro deste ano.

Antes mesmo de iniciar sua tramitação, a diretoria da ANADEP e as Associações Estaduais discutiram as principais estratégias no acompanhamento da proposta. O primeiro passo foi a divulgação de uma nota pública, defendendo um tempo maior de debate com a sociedade sobre o tema. No documento, a entidade ressaltou preocupação com os impactos negativos da proposta e defendeu a preservação dos direitos das defensoras e defensores públicos, bem como dos usuários dos serviços da Defensoria Pública.



Outra medida tomada foi a formação de uma Comissão Mista para Acompanhamento da reforma da Previdência, formada por quatro defensoras e defensores do país indicados pela ANADEP e Condege. O grupo ficou responsável pela análise do texto original da PEC.

## NOTA PÚBLICA

### ANADEP MANIFESTA-SE SOBRE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), entidade representativa de cerca de 6 mil defensoras e defensores públicos estaduais de 26 unidades da Federação – responsáveis pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas – vem a público posicionar-se sobre o projeto de reforma da Previdência, apresentado pelo Governo Federal.

A ANADEP defende um texto justo para as funcionárias e funcionários públicos, bem como para a população como um todo, principalmente os usuários da Defensoria Pública. O texto apresentado trata as servidoras e servidores como responsáveis pelo déficit previdenciário e ignora também diversos fatores, como o perfil demográfico, econômico e social da população brasileira.

É, por exemplo, prejudicial às mulheres, que tiveram a idade aumentada sem levar em conta a dupla jornada a que são submetidas durante a vida laboral, sejam servidoras ou trabalhadoras da iniciativa privada, bem como reduz o Benefício de Prestação Continuada (BPC) de um salário mínimo para apenas R\$400 para pessoas idosas com menos de 70 anos, ocasionando-lhes profunda precariedade financeira.

Não prevê também regras de transição para as servidoras e servidores mais antigos e adota o sistema de pontos crescentes para os que ingressaram após 2003. Tais mudanças atingem defensoras e defensores públicos, ou seja, prejudicam aqueles que fizeram a opção de vida pela carreira pública e que trabalham diuturnamente para atender as pessoas em situações de vulnerabilidades em nosso país.

É preciso destacar que a Defensoria Pública ainda necessita se expandir para garantir acesso à Justiça para os cidadãos, nos termos preconizados pela Emenda Constitucional 80 – que determina que até 2022 a instituição esteja instalada em 100% das Comarcas. Entretanto, a Reforma, conforme apresentada, desestimula que no futuro as pessoas queiram integrar o serviço público, prejudicando essa expansão institucional e prestação dos serviços à população.

Diante desse cenário, a ANADEP afirma que trabalhará junto ao Congresso Nacional para que as regras previdenciárias tenham assento constitucional e para que haja uma Reforma mais justa, colocando-se para o debate com a classe política em busca de um texto que respeite a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, objetivo da República Federativa do Brasil.

DIRETORIA ANADEP  
Fevereiro de 2019



## Por uma aposentadoria digna e justa para todas e todos

A ANADEP e as Associações Estaduais estiveram mobilizadas e intensificaram o trabalho de corpo a corpo com os parlamentares. Nesse período, as defensoras e os defensores reuniram-se com os deputados para falar sobre o risco de a PEC ser aprovada sem o devido debate.

Ao longo da tramitação, a Associação Nacional elaborou quatro ofícios que foram apresentados aos parlamentares em todas as fases de tramitação da matéria:

**OFÍCIO 01:** Análise sobre o projeto original do Governo.

**OFÍCIO 02:** Apresentação na CCJ de pontos inconstitucionais na proposta.

**OFÍCIO 03:** Apresentação das emendas/coleta de assinaturas.

**OFÍCIO 04:** Apoio aos destaques 23 e 49 para o relatório final na comissão especial.



## Trabalho articulado com o Fonacate

Desde o início da tramitação da reforma, a ANADEP vem trabalhando lado a lado com o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) para debater as estratégias de trabalho no acompanhamento da matéria.

Após passar na CCJ, a PEC 06 seguiu para uma Comissão Especial para que o mérito da proposta fosse analisado. O deputado Marcelo Ramos (PR-AM) foi escolhido o presidente do colegiado e a relatoria ficou com Samuel Moreira (PSDB-SP).

Nessa fase de tramitação, foi possível a apresentação de emendas ao Colegiado. Com isso, o FONACATE criou uma comissão técnica e parlamentar responsável pela construção das emendas, da qual a ANADEP foi integrante.

O grupo construiu 10 emendas que ressaltam pontos que precisam ser analisados e alterados no texto da PEC, como:

**Emenda 1** / Desconstitucionalização.

**Emenda 2** / Diversidade da base de cálculo.

**Emenda 3** / Invalidez permanente.

**Emenda 4** / Pensão por morte.

**Emenda 5** / Capitalização.

**Emenda 6** / Abono permanência.

**Emenda 7** / Suprime possibilidade de militar da reserva exercer cargo em outra entidade.

**Emenda 8** / Alíquotas progressivas e extraordinárias.

**Emenda 9** / Pedágio de 17% da transição.

**Emenda 10** / Abertura de prazo de 6 meses pra migrar para o RPC.

Dessas, cinco foram autenticadas pelo deputado federal Professor Israel (PV/DF), duas pelo deputado Lincoln Portela (PR/MG), uma pelo André Figueiredo (PDT/CE), uma pelo deputado Leo Moraes (PODE/RO) e uma pelo deputado Valtenir Pereira (MDB/MT).

## Impulsioneamento na mídia

O Fórum lançou vídeos na Globo News. Iniciou um movimento nas redes sociais com o slogan "Reforma da Previdência: por uma aposentadoria digna e justa para todas e todos."



Após intensa mobilização na Câmara, de semana a semana, os representantes das entidades afiliadas ao FONACATE reuniram-se no salão negro da Câmara para um ato solene de protocolo das emendas. Estiveram presentes na ocasião os deputados professor Israel (PV/DF) e Léo Moraes (PODE/RO), que elogiaram o trabalho do Fórum e das defensoras e dos defensores em relação à tramitação da PEC na Casa.

**Trabalho legislativo à Reforma da Previdência**



*ANADEP e CONDEGE ao lado do presidente da CJJ deputado Francischini*



*ANADEP e CONDEGE reúnem-se com o vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (PR-SP)*



*ANADEP entrega ofício ao deputado Marcelo Freitas (relator da reforma na CCJ)*



*Defensores reúnem-se com o vice-presidente da Comissão Especial, deputado Silvio Costa Filho (PR-PE)*



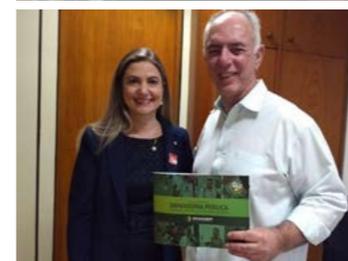
*Presidente da ANADEP ao lado do deputado Samuel Moreira (relator da reforma da Previdência na comissão Especial)*



*Defensores Públicos reúnem-se com o relator da reforma da Previdência deputado Samuel Moreira*















# Pacote Anticrime

Outra matéria que tem recebido atenção da ANADEP é o pacote anticrime, que tramita na Câmara dos Deputados. A proposta inclui três projetos de lei que alteram a legislação penal e processual penal. A Associação Nacional, com apoio da Comissão de Política Criminal e da Comissão Étnico-Racial, emitiu uma nota pública e duas técnicas sobre o tema.

Já o posicionamento da ANADEP sobre o pacote também foi destaque na grande imprensa. Além disso, defensoras e defensores públicos foram convidados para debater o tema, como ocorreu na TV Câmara, Rádio Justiça e audiências públicas no Congresso Nacional.

**NOTA PÚBLICA**

**ANADEP manifesta-se sobre projeto da lei anticrime**

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), entidade representativa de cerca de 6 mil defensoras e defensores públicos de 26 unidades da federação vem a público externar sua preocupação com o anteprojeto de lei anticrime divulgado pelo Ministério da Justiça, nessa segunda-feira (4/2).

O texto apresentado preocupa por flexibilizar direitos e garantias fundamentais assegurados na Constituição Federal e em tratados internacionais de direitos humanos. Princípios como o da presunção de inocência, devido processo legal, ampla defesa, além do princípio da individualização da pena não podem ser relativizados.

Propostas como a execução provisória da pena privativa de liberdade em segunda instância, prisão após condenação em primeira instância pelo Tribunal do Júri e ampliação das hipóteses de incidência do regime fechado não inovam em relação à política criminal brasileira adotada nos últimos anos. O resultado foi o aumento do encarceramento e o consequente fortalecimento das organizações criminosas, além do aumento da violência e da sensação de insegurança da população. E não se pode deixar de destacar a preocupante mudança no instituto da legítima defesa, no que diz respeito à atividade policial.

Diante da imperatividade do respeito à Constituição Federal e do impacto que as medidas podem acarretar em diversas áreas, mas, principalmente, sobre as pessoas em situações de vulnerabilidades, notadamente as negras, pobres e moradoras das periferias, espera-se que seja oportunizado amplo diálogo com a sociedade civil, órgãos públicos e instituições do sistema de Justiça. É essencial o debate e a construção coletiva de medidas que sejam ao mesmo tempo eficazes no combate à criminalidade e à violência e respeitadas aos direitos e garantias fundamentais, tanto ainda no Poder Executivo, como depois no Congresso Nacional.

A ANADEP, a partir da experiência cotidiana das defensoras e defensores públicos em milhares de cidades pelo Brasil, coloca-se à disposição para esse debate, para o qual já se prepara com o estudo aprofundado das medidas e a apresentação de sugestões.

DIRETORIA ANADEP  
FEVEREIRO DE 2019



Além das atividades legislativas, a ANADEP também focou no diálogo com o Executivo. A diretora reuniu-se com o secretário executivo do Ministério da Justiça, Luiz Pontel de Souza. Na ocasião foi entregue uma nota técnica com os principais pontos a serem trabalhados.



## Posicionamento da sociedade civil

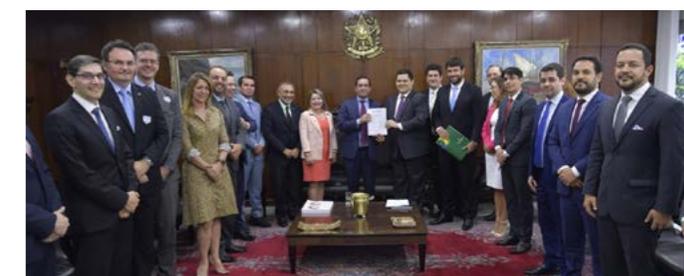
Instituições públicas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais lançaram, em março, na Câmara dos Deputados, a campanha “Pacote Anticrime: uma solução Fake”.

Ao todo, 30 organizações são parceiras na campanha contra o pacote, entre elas a ANADEP que, na ocasião foi representada pela defensora pública do Rio de Janeiro e coordenadora da comissão de política criminal da ANADEP, Lúcia Helena Barros.



## Atividades Legislativas

A diretoria para assuntos legislativos também tem acompanhado outros projetos que são estratégicos para a ANADEP. Entre eles, destacam-se: o PL 6726/2016 (Extrateto), a PEC 63/2013 (ATS), a PEC 443/2009 (PEC do gatilho) e a PEC 58/2019 (férias de 60 dias), PLC 80/2018 entre outros, PLP 92/2007, PL 412/2011, PEC 358/2005, PEC 210/2007, PEC 339/2009, PLS 250/2005, PL 4606/2012, PLS 229/2009, PL 4120/2012, PLP 130/2004, PL 4204/2001, PEC 525/2010, PL 7542/2010, PLS 49/2009, PEC 209/2012, PEC 2/2003, PEC 434/2014, PEC 56/2014, PL 478/2007, PL 860/2015, PEC 73/2015, PL 2690/2015, PL 2692/2015, PLS 565/2015, PL 5097/2013, PLC 37/2013, PEC 139/2015, PL 3589/2015, PL 3771/2015, PL 3719/2015, PL 3718/2015, PL 7553/2014, PEC 175/2015, PL 4381/2016, PL 4373/2016, PLS 67/2016, PL 4649/2016, PL 3722/2012, PL 5303/2016, PEC 220/2016, PEC 229/2016, PL 5511/2016, PL 5832/2016, PL 6504/2016, PL 9447/2017, PLP 478/2018, PLS 73/2018, PLS 82/2018, PL 9808/2018, PL 6960/2017, PL 704/2015, PL 7883/2017, PL 10797/2018, PL 773/2019, PL 1120/2019, PLP 64/2019, PL 1300/2019, PL 1481/2019, PL 1678/2019 e PL 1781/2019.



# Notas Públicas

Desde o início do ano, a diretoria emitiu oito notas públicas com o objetivo de evitar retrocessos na legislação e garantir o acesso à Justiça às pessoas em situações de vulnerabilidades. Entre os temas abordados estão: reforma da Previdência, Pacote Anticrime, a redução dos salários dos servidores públicos, a extinção dos Conselhos e Comissões do Governo Federal, o desfile de crianças para adoção, e a prisão de um defensor público em SP, durante uma manifestação.

## NOTA PÚBLICA



**APADEP**  
Associação Paulista de Defensores Públicos

**ANADEP**  
Associação Nacional dos Defensores e Defensoras Públicas

## ANADEP e CONDEGE manifestam-se sobre desfile de crianças para adoção.



**ANADEP**  
Associação Nacional dos Defensores e Defensoras Públicas

**ANADEP**  
Centro de Defesa de Crianças e Adolescentes

**CONDEGE**  
Conselho Nacional de Defesa de Crianças e Adolescentes

### NOTA PÚBLICA

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - ANADEP, entidade representativa de cerca de 6 mil Defensoras e Defensores Públicos de 26 entidades da Federação, vem a público externar sua preocupação com o anteprojeto de lei anticrime Supremo Tribunal Federal, postado para quarta-feira, 27 de fevereiro.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, discute a possibilidade de os Estados reduzirem salários e carga horária de servidores públicos quando as despesas com pessoal superarem o limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em caso de procedência da ação, a continuidade e qualidade do serviço público serão protegidas. No entanto, caso a ação seja julgada improcedente, ocorrerá a precarização do serviço público em diversos Estados e prejuízo direto a população em situação de vulnerabilidade. As Defensorias Públicas encontram-se em apenas 40% das comarcas do país e o enfraquecimento do serviço público resultará em diminuição na atuação em demandas relevantes para o combate à desigualdade social e promoção da justiça e cidadania.

A ANADEP, nesse sentido, clama todas autoridades dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo a fortalecerem o serviço público, notadamente as Defensorias Públicas, para que se cumpra a Emenda Constitucional 80, que prevê a presença da Defensoria em todas as comarcas do Brasil, e se garanta a proteção dos direitos e interesses dos setores sociais mais necessitados.

DIRETORIA ANADEP  
Fevereiro de 2019



### NOTA PÚBLICA

ANADEP manifesta-se sobre projeto da lei anticrime

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), entidade representativa de cerca de 6 mil defensoras e defensores públicos de 26 unidades da federação vem a público externar sua preocupação com o anteprojeto de lei anticrime divulgado pelo Ministério da Justiça, nessa segunda-feira (4/2).

O texto apresentado preocupa por flexibilizar direitos e garantias fundamentais assegurados na Constituição Federal e em tratados internacionais de direitos humanos. Princípios como o da presunção de inocência, devido processo legal, ampla defesa, além do princípio da individualização da pena não podem ser relativizados.

Propostas como a execução privativa da pena privativa de liberdade em segunda instância, prisão após condenação em primeira instância pelo Tribunal do Juri e ampliação das hipóteses de incidência do regime fechado não inovam em relação à política criminal brasileira adotada nos últimos anos. O resultado foi o aumento do encarceramento e o consequente fortalecimento das organizações criminosas, além do aumento da violência e da sensação de insegurança da população. E não se pode deixar de destacar a preocupante mudança no instituto da legítima defesa, no que diz respeito à atividade policial.

Diante da imperatividade do respeito à Constituição Federal e do impacto que as medidas podem acarretar em diversas áreas, mas, principalmente, sobre as pessoas em situações de vulnerabilidades, notadamente as negras, pobres e moradores das periferias, espera-se que seja oportunizado amplo diálogo com a sociedade civil, órgãos públicos e instituições do sistema de Justiça. É essencial o debate e a construção coletiva de medidas que sejam ao mesmo tempo eficazes no combate à criminalidade e à violência e respeitosas aos direitos e garantias fundamentais, tanto ainda no Poder Executivo, como depois no Congresso Nacional.

A ANADEP, a partir da experiência cotidiana das defensoras e defensores públicos em milhares de cidades pelo Brasil, coloca-se à disposição para esse debate, para o qual já se prepara com o estudo aprofundado das medidas e a apresentação de sugestões.

DIRETORIA ANADEP  
FEVEREIRO DE 2019



### NOTA PÚBLICA

ANADEP MANIFESTA-SE SOBRE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), entidade representativa de cerca de 6 mil defensoras e defensores públicos estaduais de 26 unidades da federação – responsáveis pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas – vem a público posicionar-se sobre o projeto de reforma da Previdência, apresentado pelo Governo Federal.

A ANADEP defende um texto justo para as funcionárias e funcionários públicos, bem como para a população como um todo, principalmente os usuários da Defensoria Pública. O texto apresentado trata as servidoras e servidores como responsáveis pelo déficit previdenciário e ignora também diversos fatores, como o perfil demográfico, econômico e social da população brasileira.

É, por exemplo, prejudicial às mulheres, que tiveram a idade aumentada sem levar em conta a dupla jornada a que são submetidas durante a vida laboral, sejam servidoras ou trabalhadoras da iniciativa privada, bem como reduz o benefício de Prestação Continuada (BPC) de um salário mínimo para apenas R\$400 para pessoas idosas com menos de 70 anos, ocasionando-lhes profunda precariedade financeira.

Não prevê também regras de transição para as servidoras e servidores mais antigos e adota o sistema de pontos crescentes para os que ingressaram após 2003. Tais mudanças atingem defensoras e defensores públicos, ou seja, prejudicam aqueles que fizeram a opção de vida pela carreira pública e que trabalham distritalmente para atender as pessoas em situações de vulnerabilidades em nosso país.

É preciso destacar que a Defensoria Pública ainda necessita se expandir para garantir acesso à Justiça para os cidadãos, nos termos preconizados pela Emenda Constitucional 80 – que determina que até 2022 a instituição esteja instalada em 100% das Comarcas. Entretanto, a Reforma, conforme apresentada, desestimula que no futuro as pessoas queiram integrar o serviço público, prejudicando essa expansão institucional e prestação dos serviços à população.

Diante desse cenário, a ANADEP afirma que trabalhará junto ao Congresso Nacional para que as regras previdenciárias tenham assento constitucional e para que haja uma Reforma mais justa, colocando-se para o debate com a classe política em busca de um texto que respeite a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, objetivo da República Federativa do Brasil.

DIRETORIA ANADEP  
Fevereiro de 2019



### NOTA PÚBLICA

ANADEP MANIFESTA-SE SOBRE A EXTINÇÃO DE 11 CARGOS DO MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), entidade representativa de mais de 6 mil defensoras e defensores públicos estaduais de 27 unidades federativas, responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades - vem a público posicionar-se sobre a exoneração dos peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, órgão que faz parte do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

A medida foi anunciada nesta terça-feira (11/6) pela Presidência da República, através do Decreto 9.831, que remanejou os cargos ocupados pelos peritos no Mecanismo para a Secretaria de Desburocratização do Ministério da Economia, resstando enumerados os ocupantes desses cargos. Ainda, de acordo com o decreto, a participação de peritos em vistorias passa a ser considerada prestação de serviço público sem remuneração, além de não ser mais necessário contemplar questões de diversidade de gênero, raça e região para ocupação de tais cargos.

O MNPCT, que faz estudos e relatórios sobre violações de direitos humanos no país, foi criado, juntamente com o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, através da Lei 12.847/2013, em consonância com o Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, promulgado pelo Decreto nº 6.085, de 19 de abril de 2007.

A ANADEP vê com preocupação a medida, uma vez que o órgão é fundamental no enfrentamento às violações de direitos. Assim, a diminuição do quadro de pessoal, ausência de representatividade adequada, ausência de remuneração e de dedicação exclusiva importam em retrocesso na área, além de ofensa indireta as garantias constitucionais previstas no art. 5º, inc. III e XLIII. É certo que o trabalho desenvolvido pelo MNPCT contribui para a gestão e articulação de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado para que a prática reprovável da tortura seja punida e banida do país.

Assim sendo, a ANADEP defende a manutenção do quadro de pessoal do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, colocando-se à disposição para esse debate.

DIRETORIA ANADEP  
Junho de 2019



### NOTA PÚBLICA

ANADEP MANIFESTA-SE SOBRE EXTINÇÃO DOS CONSELHOS E COMISSÕES DO GOVERNO FEDERAL

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), entidade representativa de cerca de 6 mil defensoras e defensores públicos estaduais de 26 unidades da federação e do Distrito Federal – responsáveis pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades – vem a público posicionar-se sobre o Decreto n. 9.759 assinado pelo Governo Federal, na quinta-feira última (11/4), que extinguiu órgãos colegiados da administração federal, a exemplo do Comitê Intersecretarial de Acompanhamento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto 7053/2009), Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (Decreto 9494/2018) e do Conselho Nacional de Pessoa com Deficiência (Decreto 3079/99).

A ANADEP vê com preocupação a medida, uma vez que os grupos são um importante canal da sociedade civil para elaboração de políticas públicas em áreas, como a saúde, educação, economia, combate à tortura, direitos das pessoas idosas ou com deficiência, população em situação de rua, diversidade religiosa e política indígenista, entre outros temas.

A participação da sociedade civil, através de movimentos sociais, entidades e organizações que representam o público alvo da política ou trabalham diretamente com tal população nos órgãos colegiados, garante o exercício da democracia na medida que permite a construção conjunta das políticas públicas que marcam as ações do poder público. Logo, sua extinção implica na fragilização das políticas públicas e retrocesso em relação ao direito de participação social.

No caso da Defensoria Pública, por exemplo, temos defensoras e defensores públicos que possuem expertise em sua área de atuação e que contribuem ativamente com o funcionamento desses colegiados, muitas vezes ocupando assento nos mesmos. São esses profissionais que tem contato direto com pessoas em situações de vulnerabilidades e que possuem conhecimento técnico para balizar as diretrizes de projetos, estudos e pesquisas.

Sendo assim, a ANADEP, a partir da experiência cotidiana das defensoras e defensores públicos em milhares de cidades pelo Brasil, defende a manutenção dos conselhos e comitês, notadamente aqueles destinados a promoção de direitos de grupos vulnerabilidades da sociedade, colocando-se à disposição para esse debate.

DIRETORIA ANADEP  
Abril de 2019



# Notas Técnicas

Nos primeiros meses desse ano, a diretoria, com apoio das comissões emitiu 8 notas técnicas.

Entre os temas abordados, estão: pacote anticrime; normas para a concessão de assistência judicial gratuita aos necessitados; legitimidade da Defensoria para ação de usucapião especial urbana; inconstitucionalidade da advocacia dativa remunerada pela Fazenda Pública; ATS; adocavia dativa; maioria penal.

**Comissão de Igualdade Étnico-Racial da ANADEP emite nota técnica sobre pacote anticrime**

**Comissão da Infância e Juventude emite nota técnica sobre a idade penal**

**ANADEP alerta para inconstitucionalidades no pacote anticrime protocolado na Câmara dos Deputados**

**NOTA TÉCNICA - 201906 - DIR/ANADEP**

ASSUNTO: PEC 63/2013 - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO APLICABILIDADE À DEFENSORIA PÚBLICA - SIMETRIA CONSTITUCIONAL

1. INTRODUÇÃO

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP, representante de mais de seis mil defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades, tendo em vista a tramitação da PEC 63/2013, que acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, também conhecido como adicional por tempo de serviço (ATS), vem, em virtude da necessidade e urgência da medida também a Defensoria Pública, em razão do disposto na EC nº 10/2014, apresentar Nota Técnica sobre a matéria.

**NOTA TÉCNICA - 201908 - DIR/ANADEP**

ASSUNTO: INCONSTITUCIONALIDADE DA ADVOCACIA DATIVA REMUNERADA PELA FAZENDA PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP, representante de mais de seis mil defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades,

Considerando a possibilidade de tramitação de proposições no âmbito das Assembleias Legislativas Estaduais e Distrital que versam sobre a instituição de assistência jurídica através do modelo de advocacia dativa remunerada pelas fazendas públicas,

**NOTA TÉCNICA - 201903 - DIR/ANADEP**

ASSUNTO: PLC Nº 80/2018 - LIMITAÇÕES AO ACESSO À JUSTIÇA

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP, representante de mais de seis mil defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidade, ciente da tramitação do Projeto de Lei oriundo da Câmara dos Deputados PLC nº 80/2018, que altera dispositivos da Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1997, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), vem apresentar NOTA TÉCNICA contendo elementos que reputamos relevantes, para apreciação do Senado Federal, na tomada das medidas político-jurídicas

**NOTA TÉCNICA - 201901 - CPPI/ANADEP**

ASSUNTO: PROJETO DE LEI ANTICRIME Nº 82/2019

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP, representante de mais de seis mil defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades, através da Comissão de Política Criminal, com o fim de contribuir para o aprimoramento do processo legislativo, vem apresentar NOTA TÉCNICA AO PROJETO DE LEI ANTICRIME Nº 82/2019, elaborado pelo Ministério da Justiça, conforme os argumentos que seguem.

**NOTA TÉCNICA - 201902 - DIR/ANADEP**

ASSUNTO: PL 94/2019 - ESTABELECE NORMAS PARA A CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL GRATUITA AOS NECESSITADOS

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP, representante de mais de seis mil defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades, vem apresentar a presente nota técnica sobre o projeto supracitado.

**NOTA TÉCNICA**

PEC 63/2013 - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - APLICABILIDADE À DEFENSORIA PÚBLICA - SIMETRIA CONSTITUCIONAL

1. INTRODUÇÃO

A ANADEP - Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos dos Estados, tendo em vista a tramitação da PEC 63/2013, que acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, também conhecido como adicional por tempo de serviço (ATS), vem,

# Assessoria Jurídica

Um dos principais eixos de trabalho da ANADEP é acompanhar e trabalhar em matérias de interesse das defensoras, defensores públicos e de usuários da Defensoria Pública, bem como lutar para que não haja restrições e nem retrocessos nas prerrogativas da categoria. Para isso, a Associação conta com um dos principais escritórios de advocacia do país - Marrafon, ROBL & Grandinetti Advocacia. O escritório auxilia a vice-presidência jurídica legislativa e a diretoria jurídica na elaboração de estudos e pareceres jurídicos sobre projetos de lei. Subsidiaria também eventuais medidas judiciais e orienta associadas e associados sobre questões relativas às suas funções institucionais.

Neste começo de gestão, representantes de Associações estaduais solicitaram novas ações à advocacia, sendo os pleitos votados em AGE para apreciação.



## Março

- Amicus curiae no RMS 51218;
- Nomeação de defensor dativo no Tocantins - ajuizada ADI;
- Ingresso como amicus nas ADIs 5790 e 5793;
- ADPF 384;
- RE 1034548/MG.

## Abril

- Amicus no Re 1034548 do poder de requisição de Minas foi protocolado;
- Amicus nas ADI 5790 e 5793 do poder de investigação do Ministério Público foi protocolada;
- Habilitação de amicus curiae 2238 protocolada;
- ADIN Estadual pela ANOREG contra a lei do FUNDEP do Estado do Pará foi aprovada a habilitação da ANADEP;
- ADPF por retenção indevida de créditos suplementares (PI).

## Junho

- PL Advocacia dativa do Pará - Acerca da autorização para ingresso da ADI contra o projeto de lei em análise, aprovou-se, por unanimidade a pré-autorização;
- ADI contra a lei Estadual do FUNDEP (Pará) - ingresso da ANADEP como amicus curiae; Foro por prerrogativa (ADIN do Maranhão).

Em 2019, a ANADEP propôs ou ingressou nos seguintes processos:

## Ações movidas pela ANADEP no STF

### ***Número do processo: ADI 6061***

Partes: ANADEP x Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Último andamento: 09/04/2019 Adotado rito do Art. 12, da Lei 9.868/99; 09/04/2019 Certidão de elaboração de 1 ofício. Decisão de 8/4/2019.

Relator: Celso de Mello

Assunto tratado na ação: Discute a Emenda à Constituição do Estado do Ceará nº. 88, de 21 de dezembro de 2016, que acrescentou os artigos 43 a 49 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo o “Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado, que vigorará por dez exercícios financeiros”.

## ANADEP como amicus curiae no STF

### ***Número do processo: RE 973.837***

Partes: Wilson Carmindo da Silva x Ministério Público do estado de Minas Gerais

Último andamento: 08/04/2019 - concluso ao relator

Obs.: Apresentamos manifestação acerca do Parecer do Instituto Nacional de Criminalística em 27/03/2019.

Relator: Gilmar Mendes

Assunto tratado na ação: Constitucionalidade do artigo 9-A da Lei 12.654/2012 - coleta de material genético para fins criminais.

### ***Número do processo: ADPF 465***

Partes: Requerente: Procurador Geral da República; Interessados: Prefeito do Município de Palmas e Câmara Municipal de Palmas

Último andamento: 21/02/2019: Pedido de ingresso como amicus curiae da ANADEP; 21/02/2019 Concluso com relator.

Relator: Roberto Barroso

Assunto tratado na ação: Discute o artigo 1º da Lei Municipal de Palmas nº. 2.243/2016, que alterou o Plano Municipal de Educação, acrescentando as metas 5.24 e 5.26, no que se refere à vedação do ensino sobre gênero e sexualidade (Escola sem Partido).

### ***Número do processo: ADI 5790***

Partes: Associação dos Magistrados Brasileiros e outro; Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público

Último andamento: 05/04/2019: Petição de amicus curiae

Relator: Ricardo Lewandowski

Assunto tratado na ação: Discute a Resolução nº. 181, aditada pela Resolução 183, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público que versam sobre a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público.

### ***Número do processo: ADI 5793***

Partes: Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público

Último andamento: 05/04/2019: Petição de amicus curiae

Relator: Ricardo Lewandowski

Assunto tratado na ação: Discute a Resolução nº. 181 do Conselho Nacional do Ministério Público que versa sobre a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público.

## Acompanhamento - STJ

Número do processo: RMS 51218

Partes: Defensoria Pública do Estado do Paraná. Recorrido: Estado do Paraná

Último andamento: 25/03/2019 Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao (à) PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

Relator: Min. VICE-PRESIDENTE DO STJ - Maria Thereza de Assis Moura

Assunto tratado na ação: Aguardando a análise da repercussão geral no STF para requerermos a habilitação.

## Atuação - STJ

Número do processo: REsp 1.670.310/SP

Partes: Recorrente: Associação Paulista de Defensores Públicos (APADEP) Recorrido: Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de São Paulo. INTERESSADA: ANADEP

Último andamento: 08/01/2019 17:32. Juntada de Certidão: Amparado pelo que dispõe o artigo 10 da Instrução Normativa n. 2/STJ, de 10/02/2010, certifico que se procedeu à retificação da autuação para fazer constar ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS como interessado.

Relator: Og Fernandes

Assunto tratado na ação: Mandado de Segurança Coletivo nº 0016414-67.2012.4.03.6100, que tramitou no TRF da 3ª Região. Inscrição do Defensor Público na OAB.

Apesar de ingressadas em outras gestões, a advocacia acompanha:

## Ações movidas pela ANADEP no STF

ADI 3722	ADI 5217	ADI 5382	ADI 5644	ADI 5998	ADPF 504
ADI 4774	ADI 5286	ADI 5410	ADI 5682	ADPF 380	PSV114
ADI 5097	ADI 5381	ADI 5581	ADI 5944	ADPF 384	RCL 19669

## ANADEP como amicus curiae no STF

ADI 558	ADI 4452	ADI 4768	ADI 5334	ADI 5674	ARE875958
ADI 2553	ADI 4608	ADI 5011	ADI 5537	ADI 5943	ADPF 467
ADI 4346	ADI 4636	ADI 5296	ADI 5543	ADI 5988	ADPF 460
ADI 4363	ADI 4667				

## Acompanhamento - STF

ADI 145	ADI 3780	ADI 4304	RE 859084	RE 1.034.548
ADI 2167	ADI 4282	RE 609517	RE 1140005	ADPF 347

## Acompanhamento - STJ

REsp 1.638.836/RS REsp 1.710.155/CE REsp 1754572

## Acompanhamento - TRF 1

Apelação nº 0009756-17.2014.4.01.3900 Apelação nº 0012114-77.2012.4.01.3300

## Acompanhamento - TRF 4

Apelação nº 50571770920154047000 (Processo Eletrônico - E-Proc V2 - PR)  
Apelação nº 0012114-77.2012.4.01.3300

## ANADEP como amicus curiae no tribunal de justiça do estado da Paraíba

Apelação nº 0000380-10.2015.815.0000

## Acompanhamento no 17ª vara cível da capital e tribunal de justiça do estado do Alagoas

Ação Civil Pública nº 0706984-95.2018.8.02.0001

# Comissões

Esta diretoria deu continuidade ao incentivo do trabalho das comissões. Os grupos visam a auxiliar a atuação das defensoras e defensores públicos, a Diretoria da ANADEP e demais instituições que militam na área. As comissões atuam, em parceria com a Associação Nacional, na construção de políticas públicas, nas pautas jurídicas e na atuação legislativa, confeccionando notas técnicas e participando de audiências públicas. Ao longo do primeiro semestre, houve 15 reuniões presenciais e virtuais. Com a adesão do aplicativo Zoom, as defensoras e os defensores públicos têm se reunido com maior facilidade para discussão da pauta de trabalho. A ANADEP também alterou o estatuto das Comissão afim de facilitar as reuniões.



*Comissão dos Direitos da Mulher*



*Comissão da Infância e Juventude*



*Comissão para Assuntos Internacionais*



*Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa*



*Comissão de Mobilidade Urbana, Moradia e Questões Fundiárias*



*Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência*

## Até o momento, a ANADEP dispõe de 13 comissões



## Padronização

A diretoria elaborou cards para serem publicados nos grupos de Whatsapp das comissões. O material abordou de forma sintética vários assuntos, como: a padronização e rotina das notas técnicas e públicas, o uso do aplicativo Zoom e as regras para marcação de reuniões. A ideia é facilitar a busca por informações pelas defensoras e defensores públicos e padronizar o trabalho elaborado pelas comissões.

### Sobre a rotina de uso do sistema de videoconferência

- Para realização das reuniões por videoconferência, a ANADEP adquiriu o aplicativo ZOOM;
- Para utilização da ferramenta a secretaria da ANADEP encaminhará aos membros da comissão o convite com o link para participar da Reunião;
- A reunião poderá ser acessada por computador ou aplicativo de celular.



### Sobre a rotina de notas das comissões

#### Notas técnicas

Uma das principais funções das comissões da ANADEP é a apoio fundamental à atuação legislativa da ANADEP no Congresso Nacional. Os grupos são responsáveis, por exemplo, na emissão de notas técnicas para fundamentar o acompanhamento de projetos e/ou de sinalizar equívocos sobre o conteúdo e tramitação de determinadas matérias. Para isso, é necessária a construção de notas técnicas - documentos elaborados pelos(as) membros(as) da comissão sobre determinado assunto e que contém fundamento legal e histórico relevante sobre o projeto. Importante frisar que as notas técnicas devem ser:

- Documentos enxutos para facilitar a apresentação para o parlamentar e/ou técnico legislativo;
- É importante que a nota traga dados e informações sobre o trabalho da Defensoria Pública na área;

1. O esboço da nota técnica produzida pela comissão deve ser encaminhada para diretoria legislativa (e-mail: [legislativo@anaep.org.br](mailto:legislativo@anaep.org.br)) da ANADEP para adaptação e aprovação pelo Conselho Diretor da ANADEP;
2. Após aprovada, a nota será protocolada pela assessoria parlamentar para ser trabalhada nas atividades legislativas.



### Agendamento de Reuniões das Comissões

- Duas reuniões ordinárias por ano: uma presencial em Brasília e outra por videoconferência (salvo motivo justificado para deliberação expressa);
- Reuniões extraordinárias por videoconferência ou qualquer outro meio que não represente custo econômico-financeiro sempre que a coordenação entender necessário;
- Verificar no grupo a melhor data entre os membros da comissão;
- Enviar data, horário e pauta para o e-mail [secretaria@anaep.org.br](mailto:secretaria@anaep.org.br) solicitando a convocação;
- A convocação deverá ser enviada à secretaria da ANADEP com 60 dias de antecedência, para que os trâmites necessários sejam feitos e haja expedição da convocação aos membros com o mínimo de 45 dias anteriores à reunião, para que as associações possam se programar financeiramente;
- A secretaria da ANADEP enviará o pedido à diretoria, que avaliará e emitirá (ou indeferirá) a convocação aos membros.



### Sobre a rotina de notas das comissões

#### Nota Pública

Além das notas técnicas, muitas vezes, as comissões da ANADEP são provocadas a se manifestarem sobre a tramitação de algum projeto ou acontecimento recente e factual, que tenha ligação com a atividade-fim da Defensoria Pública estadual ou pauta ligada aos direitos humanos. Nestes casos, o grupo pode se organizar para a emissão de uma nota pública. É importante frisar que:

- As notas públicas são textos de opinião sobre fatos recentes e relevantes. As notas são divulgadas para a sociedade// mídia// porta-vozes. Logo, elas devem ter um timing em relação ao acontecimento e/ou fato objeto da nota. A emissão da nota pública deve ser o quanto antes do fato ter ocorrido;
- Antes da produção da nota, verificar se o "motivo" da nota tem ligação com a Defensoria Pública/ ANADEP/ atividade do defensor estadual. Evitar manifestar-se sobre assuntos que não tem ligação com a Instituição ou os usuários dos serviços da Defensoria Pública;
- 1. O esboço da nota pública produzida pela comissão deve ser encaminhada para diretoria de comunicação da ANADEP (e-mail: [secretaria@anaep.org.br](mailto:secretaria@anaep.org.br)) para adaptação e aprovação pelo Conselho Diretor da ANADEP;
- 2. Após aprovada, a nota será protocolada pela assessoria de comunicação para divulgação;
- 3. A ASCOM ANADEP pode montar a nota em formato para divulgação nas redes sociais;
- 4. A ASCOM ANADEP pode divulgar a nota nos veículos de comunicação.



# Comissão dos Direitos da Mulher

No primeiro semestre deste ano, a Comissão de Direitos da Mulher esteve em destaque. Em alusão às atividades do mês da mulher, a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e a Associação dos Defensores Públicos do Distrito Federal (ADEP-DF) fizeram uma parceria especial com a Rede Emancipa de Educação Popular. Foi organizada a Aula Inaugural Unificada da Rede Emancipa, no teatro Dulcina, no Conic. Na ocasião, a defensora pública de Tocantins e membro da comissão dos direitos da mulher da ANADEP, Denize Leite, proferiu a palestra “Gênero, Raça e Desigualdades”.



## DESTAQUE NA IMPRENSA

A coordenadora da comissão dos direitos da mulher, a defensora pública Rita Lima, foi destaque na grande imprensa. Primeiro, com artigo sobre os direitos da mulher na Revista “Justiça & Cidadania”. A defensora também foi fonte na Revista Marie Claire, sobre a inconstitucionalidade da Lei do Planejamento Familiar.

**Por um 2019 com foco nas mulheres**

O Dia Internacional da Mulher neste ano se celebra no contexto de um ano de grandes conquistas para as mulheres brasileiras. Desde a aprovação da Lei da Paridade em 2010, que garantiu a igualdade de gênero em cargos públicos, até a recente aprovação da Lei do Planejamento Familiar, que reconhece a diversidade das famílias e garante o direito de escolha da forma de organização da vida em comum.

Essas conquistas são fruto de um longo processo de luta das mulheres brasileiras por igualdade de gênero e respeito aos seus direitos. É importante lembrar que, apesar de todas as conquistas, ainda há muito a ser feito para garantir a plena cidadania das mulheres no Brasil.

É preciso continuar trabalhando para garantir a igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade. É preciso continuar lutando por uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos tenham acesso às mesmas oportunidades e onde as diferenças sejam respeitadas e valorizadas.

### #NaMídia: Coordenadora da Comissão dos Direitos da Mulher fala sobre inconstitucionalidade da Lei do Planejamento Familiar à revista Marie Claire

Fonte: ANADEP  
Estado DF

marie claire

**#8M:**  
**Para celebrar o Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, a ANADEP lançou um vídeo especial nas redes sociais em homenagem às mulheres que transformam vidas através da Defensoria Pública.**



#EmDefesaDeLás: Uma homenagem da ANADEP.

# Comissão da Saúde

No 1º semestre deste ano foi promovido o 3º Encontro Nacional das Defensoras e Defensores Públicos da Saúde. O encontro foi uma iniciativa da Escola Superior da Defensoria Pública de Mato Grosso Sul (ESDP/MS) e teve apoio da Comissão de Saúde da ANADEP. No evento, defensoras e defensores públicos de diversos estados apresentaram formas bem-sucedidas de atuar na saúde. Conforme dados da ANADEP, o atendimento na área de saúde chega a 500 mil por ano.



II

## APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES ESTADUAIS

# ANADEP e a correta implantação da Defensoria Pública do Amapá

Um dos principais objetivos da ANADEP sempre foi a implantação da Defensoria Pública do Amapá nos moldes constitucionais. Dos 26 estados e Distrito Federal, apenas o Amapá não apresentava um quadro de defensoras e defensores públicos concursados.

Com a finalização do concurso, fase de homologação e anúncio da posse, a ANADEP realizou um grande planejamento para que este momento ficasse marcado na história da Defensoria e na memória das defensoras e defensores públicos que estavam chegando na Instituição.



Para isso, a Associação manteve diálogo permanente com o defensor público-geral da Defensoria do Amapá, Diogo Grunho e a secretária de Estado da Administração, Suelem Furtado, para acertar todos os detalhes da posse e do curso de formação.

## A posse

No dia 25 de março de 2019 tomaram posse as 40 primeiras defensoras e defensores públicos concursados. Participaram da cerimônia de posse: o presidente da ANADEP, Pedro Paulo Coelho; a vice-presidente da ANADEP, Rivana Ricarte; o ex-presidente da Associação Nacional, Antonio Maffezoli; o defensor público-geral do Amazonas, Rafael Barbosa; o defensor público-geral da Defensoria do Amapá, Diogo Grunho; a secretária de Estado da Administração, Suelem Furtado; o governador do Estado, Waldez Góes; além de deputados, prefeitos e outras autoridades.



## Curso de Formação

As defensoras e os defensores públicos empossados passaram por um curso de formação, na sede da Procuradoria do Estado do Amapá. A capacitação teve por objetivo preparar para o ingresso à carreira, como também apresentar aos profissionais os temas mais recorrentes da atividade-fim do defensor. A etapa inicial contou com a presença de defensoras e defensores de 16 estados brasileiros, promovendo trocas de experiências. O curso foi o primeiro com este formato a ser realizado no país: atuação conjunta entre ANADEP e CONDEGE.



Em abril, o grupo formou a Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Amapá (ADEPAP), já filiada à ANADEP.



## SAIU NA MÍDIA

A correta implantação da Defensoria Pública no Amapá foi destaque em vários veículos de comunicação do estado. Trabalho realizado pela assessoria de comunicação da ANADEP, que esteve presente durante a posse e o curso de formação.



CIDADES

### Presidente da Anadep participa da posse de defensores públicos concursados no Amapá

Pedro Paulo participa da cerimônia de posse dos aprovados no primeiro concurso da Defensoria Pública do Amapá. Evento ocorre às 19h desta segunda-feira (25) na 10ª Zona Eleitoral.

25/3/2019 | 10:23

0 comentários

Compartilhe: [f](#) [t](#) [G+](#) [in](#) [@](#)



## Diretoria promove oficina sobre processo legislativo

Já em março, a ANADEP e a Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos do Brasil (ENADEP) promoveram a Oficina de Processo Legislativo. O evento foi ministrado pelo diretor e coordenador da Queiroz Assessoria em Relações Institucionais e Governamentais, Enrico Ribeiro.

A atividade teve como objetivo trazer aos(as) diretores(as) e representantes das associações estaduais as questões técnicas do processo legislativo federal e do regimento interno das Casas, bem como o panorama do trabalho que será desenvolvido pela ANADEP.



III

# FORTALECIMENTO DA IMAGEM INSTITUCIONAL

# CONADEP no Rio de Janeiro

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (ADPERJ) promoverão, de 12 a 15 de novembro, o XIV Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (CONADEP), cuja edição deste ano tem como tema "Defensoria Pública: Memória, Cenários e Desafios". A proposta é debater o passado, o presente e o futuro da Instituição na busca de uma Defensoria cada vez mais forte e eficiente para a população. O evento será realizado no Teatro Riachuelo, no coração da cidade do Rio de Janeiro - um dos espaços mais tradicionais do país, tombado como patrimônio histórico.

## Organização

Já no 1º semestre deste ano, a diretoria da ANADEP e da ADPERJ reuniram-se seis vezes para discutir a organização do CONADEP.



*Reunião da comissão científica, realizada em março*



*Reunião da comissão organizadora*

## Teatro Riachuelo

Visita técnica para acompanhar testes de som das apresentações, no Teatro Riachuelo, local onde será realizado o CONADEP RIO.

## Secretário de Estado de Turismo do Rio de Janeiro, Otavio Leite

Reunião para apresentar o evento e solicitar apoio da Secretaria para questões operacionais.



## Fundição Progresso

Visita técnica a uma das casas de shows mais famosas do Rio - que possivelmente receberá a festa de encerramento do CONADEP RIO.

## Método Eventos

Reunião de trabalho com a empresa organizadora para alinhar pontos estratégicos.

## Patrocínio

Para facilitar a captação de recursos e apresentar os principais objetivos do evento, a ANADEP e ADPERJ confeccionaram um book de patrocínio para apresentar as empresas e parceiros.



# Defensoria sem fronteiras

A programação já está sendo desenhada com a confirmação de painéis e de palestrantes.

**VALOR DO 1º LOTE ATÉ O DIA 30 DE JUNHO**  
**APROVEITE ÚLTIMOS DIAS**  
Inscrições: [congressoanadep.org.br](http://congressoanadep.org.br)  
**XIV CONADEP**  
CONGRESSO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS 2019  
12 A 15 DE NOVEMBRO RIO DE JANEIRO

**CONCURSO DE TESES E DE PRÁTICAS**  
Inscrições até 28 de junho  
www.congressoanadep.org.br

**BANCA DE TESES**  
Inscrições até 28 de junho  
[congressoanadep.org.br](http://congressoanadep.org.br)

**Painel II: CENÁRIOS**  
"Modelos de Acesso à Justiça no mundo: luta pela implementação do modelo público de acesso à Justiça."  
Jennifer Smith, Diretora Executiva da "International Legal Foundation"

**COMPONENTE DE MESA**  
María Fernanda López Páez, Defensora Pública da Argentina, responsável pela unidade de atuação perante os Tribunais Criminais de Buenos Aires, e Defensora Interamericana.

**PALESTRANTE CONFIRMADO**  
Boaventura De Sousa Santos, Doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale e Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Universidade de Wisconsin-Madison. Além disso, é Diretor Emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa.

**PALESTRA DE ENCERRAMENTO**  
"Defensoras e Defensores públicos na encruzilhada da democracia brasileira."  
Conrado Hübner Mendes, Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da USP, Doutor em Direito na Universidade de Edimburgo, Doutor em Ciência Política na USP.  
Inscrições: [congressoanadep.org.br](http://congressoanadep.org.br)

**BANCA DE PRÁTICAS EXITOSAS**

O programa "Defensoria sem Fronteiras" terá uma nova fase. Em maio foi assinado acordo de cooperação técnica entre o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ), a Defensoria Pública da União (DPU), o Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (ANADEF), a fim de promover melhorias no sistema prisional e garantir os direitos das pessoas privadas de liberdade.



Em março, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Colégio Nacional dos Defensores Públicos (Condege) e a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) assinaram termo de cooperação para unir esforços com vistas a reduzir a superlotação prisional e garantir os direitos das pessoas privadas de liberdade. Em solenidade ocor-

rida no Salão da Imprensa do CNJ, estiveram presentes o ministro Dias Toffoli, presidente do CNJ, os secretários executivos do Condege e defensores públicos gerais do Ceará e Paraná, Mariana Lobo e Eduardo Abrahão, o presidente e a vice-presidente da Anadep, Pedro Paulo Coelho e Rivana Ricarte.

Entre as medidas anunciadas, o CNJ, o Condege e a Anadep trabalharão juntos para aperfeiçoar as audiências de custódia, como um instrumento de controle efetivo da entrada no sistema prisional. Com isso, espera-se evitar prisões desnecessárias, contribuindo para reduzir ou conter a atual superlotação.



### Defensorias Públicas estaduais e CNJ unirão esforços para diminuir a judicialização na saúde

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e o Colégio Nacional de Defensores Públicos (Condege) se reuniram com o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, para apresentar experiências exitosas na diminuição da judicialização na área de saúde. A reunião contou com a participação dos defensores públicos gerais do Ceará, Mariana Lobo; de Rondônia, Marcus Edson De Lima; do Rio Grande do Norte, Marcus Vinicus Soares Alves; de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares; da Bahia, Rafson Saraiva Ximenes; do Rio Grande do Sul, Cristiano Vieira Heerd; e o presidente da ANADEP, Pedro Paulo Coelho.



Os dirigentes pretendem trabalhar junto ao CNJ, unificando propostas e sistemas.

## ENADEP

### ENADEP e EASJUR: juntas pela capacitação e formação em direitos

O presidente da ANADEP, Pedro Coelho, e a diretora da Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ENADEP), Ludmilla Landim, reuniram-se com o diretor da Escola de Assistência Jurídica do Distrito Federal (Easjur), Éve Nin Ávila, para discutirem o aperfeiçoamento e a qualificação das defensoras e defensores públicos, através de diversas atividades, como cursos, seminários, aulas e oficinas. No encontro, Ávila disponibilizou a estrutura da Escola para a realização de encontros, eventos e seminários realizados pela Associação Nacional.

Além disso, nacionalmente a ENADEP tem procurado as universidades e faculdades para discutir sobre parcerias através do envio de ofícios. Há também novos descontos em escolas e cursos por meio do [markt.club.do](http://markt.club.do) MARKETCLUB.

ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO  
+  
DESCONTOS DE 30% NA MATRÍCULA  
E ATÉ 10% NAS MENSALIDADES  
PARA OS CURSOS DE DOUTORADO,  
PÓS-DOUTORADO E MESTRADO.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
SUPERIOR LATINO-AMERICANA  
**IESLA**

[anadep.temvantagens.com.br](http://anadep.temvantagens.com.br) ENADEP ANADEP



# O fortalecimento da imagem e a padronização da marca

Já em um dos seus primeiros encontros oficiais, a diretoria trouxe uma novidade: as bandeiras personalizadas de cada estado para a mesa de reunião. São 27 bandeiras de cada Associação Estadual. A ideia surgiu para transmitir a força nacional da ANADEP e das Associações Estaduais, bem como integrar todos os estados.

## Press Kit

A equipe da Associação também montou um kit personalizado com a marca da entidade. O material é entregue durante as reuniões com a imprensa, parlamentares e demais parceiros. O objetivo do material é divulgar e firmar a marca ANADEP em atividades da organização.

### Foram adquiridos:

- 27 bandeiras
- 1000 bloquinhos
- 1000 canetas
- 3050 pins (broches de metal com a logomarca da ANADEP)
- 50 cordões dos crachás

## Investimento em material audiovisual

Para subsidiar a equipe na cobertura de eventos da Associação também foram adquiridos novos materiais, como:

- 2 Canoplas;
- 2 Microfones;
- Kit youtube;
- 27 Prismas;
- Programa de edição de imagem (Photoshop);
- 1 HD externo de 1 tera;
- 2 notebooks para a comunicação.



## ANADEP adere ao aplicativo Zoom para tornar reuniões online mais dinâmicas

Com o objetivo de tornar as reuniões a distância mais dinâmicas e com qualidade técnica, a ANADEP agora conta o aplicativo ZOOM - sistema de videoconferência que permite diversos participantes se encontrem em um ambiente online para a troca de mensagens, via chat, áudio e vídeos.



# Prêmio Innovare e Projeto “ANADEP Inova”

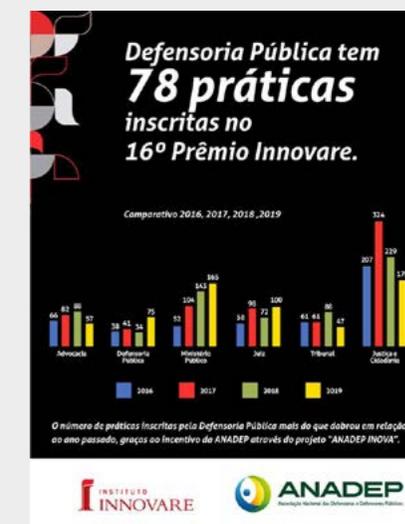
A ANADEP é uma das parceiras institucionais do Prêmio Innovare e integra o Conselho Superior, responsável pela definição das principais diretrizes e estratégias da premiação.



O Prêmio Innovare é a mais importante premiação da Justiça brasileira, que procura valorizar iniciativas que buscam soluções para os desafios enfrentados por todos que atuam no sistema de Justiça, sejam eles de natureza administrativa ou judicial. A defensora pública do Rio Grande do Sul Patrícia Kettermann integra a comissão julgadora do prêmio.



A 16ª edição do Prêmio Innovare tem 617 práticas na disputa, este ano. A categoria que teve mais inscrições validadas foi Justiça e Cidadania (170 trabalhos), seguida de Ministério Público (165), Juiz (100), Defensoria Pública (78), Advocacia (57) e Tribunal (47).



## ANADEP INOVA

Inscrições para o Prêmio Innovare  
vão até 25 de abril

Divulgue sua prática e contribua  
para o crescimento da Defensoria



**A PREMIAÇÃO OCORRERÁ EM DEZEMBRO.**

O número de práticas inscritas pela Defensoria Pública mais do que dobrou em relação à última edição, graças ao incentivo da ANADEP através do projeto “ANADEP INOVA”.

# MCCE

## ANADEP e o comitê nacional do movimento de combate à corrupção eleitoral

Durante este semestre, o vice-presidente jurídico-legislativo da ANADEP, Gustavo Alves, participou de três reuniões do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE).

A ANADEP integra o Comitê que é composto por mais de 60 entidades nacionais e está representado pela Secretaria Executiva do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

**O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), fundado em 2002, é uma rede formada por entidades da sociedade civil, movimentos, organizações sociais e religiosas, que tem como objetivo realizar um trabalho educativo sobre a importância do voto visando sempre a busca por um cenário político e eleitoral mais justo e transparente. Integram o MCCE, também, os comitês estaduais, municipais e locais difundidos por todas as regiões do país. São mais de 300 comitês espalhados pelo Brasil.**



# Sessão Solene e Maio Verde

## Maio Verde

A ANADEP, em parceria com as Associações Estaduais e Defensorias dos Estados, deixou vários pontos turísticos e principais monumentos das cidades iluminados de verde. O chamado MAIO VERDE é uma das ações da Campanha Nacional 2019 e visa a lembrar o Dia Nacional da Defensoria Pública, da defensora e do defensor público, comemorado no dia 19 de maio.



**ANADEP**  
Associação Nacional dos Defensores e Defensoras Públicas

Em comemoração ao Dia da Defensora, do Defensor Público e da Defensoria Pública, o Senado Federal promoveu sessão solene para homenagear a categoria. A solenidade ocorreu no Plenário da Casa, no dia 3 de junho. O requerimento foi apresentado pelo senador Paulo Paim (PT/RS), que presidiu a sessão. A solenidade marcou momento simbólico para a Defensoria Pública – o aniversário da EC 80/2014, que determina a lotação de defensoras e defensores públicos em todas as comarcas.



# Benefícios para associadas e associados

## IV

# TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO E INFORMAÇÃO AO ALCANCE DE TODOS

## A ANADEP conta com parcerias para trazer benefícios às associadas e associados da Anadep

### MarktClub

O convênio já tem 700 parceiros que proporcionam descontos às associadas e associados da ANADEP.

O Clube de Vantagens da ANADEP conta com mais de 700 convênios!



Confira os benefícios:  
[www.anadep.temvantagens.com.br](http://www.anadep.temvantagens.com.br)

### Consinter

A ANADEP é parceira na divulgação do Simpósio Internacional CONSINTER de Direito, que visa a reunir alunos, professores, investigadores e pesquisadores, através do debate e da troca de conhecimento. Os participantes podem apresentar suas contribuições científicas inéditas oralmente, valorando sua publicação tanto na Europa quanto no Brasil.

## Revista Justiça & Cidadania

As associadas e os associados contam com um espaço especial na revista Justiça & Cidadania. Com a parceria, a Associação Nacional publica artigos (tanto site quanto edição impressa) dos membros da diretoria, comissões especiais e associados(as) da entidade.

Justiça & Cidadania conta com distribuição nacional de 10 mil exemplares mensais, além de um site exclusivo. Este semestre, já foram veiculadas 8 matérias.



## Plano de Saúde

A diretoria da ANADEP também se reuniu com representantes de planos de saúde.



## Juruá

A ANADEP em parceria com a Juruá Editora oferece mais de 4 mil obras com 25% de desconto para associadas e associados da Associação Nacional!

**Parceria ANADEP e Juruá Editora**

São mais de **4.500** obras com **25% de desconto** para as defensoras e defensores associados à ANADEP.

Aproveite e faça já o seu pedido por meio do site da editora. Confirma o código promocional junto a ANADEP e acesse: [juruá.com.br](http://juruá.com.br)

# ANADEP e CONDEGE

Com o objetivo de construir e debater as pautas institucionais, a ANADEP e o Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) deram continuidade ao trabalho conjunto. Neste ano, a Associação Nacional esteve presente em todas reuniões do Colegiado contribuindo com os debates.



O governador do Estado do Tocantins, Mauro Carlesse, recebeu em seu gabinete no Palácio Araguaia, as defensoras e defensores públicos. O vice-governador Wanderlei Barbosa e a líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputada Valderes Castelo Branco, também participaram da reunião.



Em pautas conjuntas, a ANADEP e o Condege participaram da assinatura do Pacto Nacional pela implementação da Lei nº 13.431, que estabelece o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente vítima de violência. A solenidade ocorreu no Ministério da Justiça e Segurança Pública, em Brasília.



# Relações Interinstitucionais

## ANADEP e o Colégio de Ouvidores da Defensoria Pública

O Colégio de Ouvidores da Defensoria Pública reuniu-sena sede da ANADEP, em Brasília. O encontro foi uma oportunidade para sociedade civil organizada discutir vários temas de interesse social, no tocante ao acesso à Justiça.

Participaram da reunião, o presidente da ANADEP, Pedro Paulo Coelho; a vice-presidente institucional, Rivana Ricarte; o vice-presidente jurídico-legislativo, Gustavo Alves; a diretora de articulação social da ANADEP, Liana Correa. Participaram, ainda, do encontro os ouvidores: Patrícia Almeida (DF), Eliana Bogéa (PA), Merilane Pires Coelho (CE), Sirlene Assis (BA), Willian Fernandes (SP) e Vilma Reis (BA).



## ANADEP e demais parceiros

Durante os encontros com as entidades, os dirigentes discutiram pautas convergentes entre as entidades e a importância do fortalecimento das instituições. Neste primeiro semestre nos reunimos com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (ANAPE), Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (ANADEF), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).



FONACATE



ANADEF



ANAPE



CNBB



AJUFE

Além disso, a diretoria da ANADEP também reuniu-se com o Fórum justiça, AJD, Cejil, Artigo 19 e Terra de Direitos.



ANADEP acompanha trabalho das defensoras e dos defensores públicos que atuam junto aos Tribunais Superiores



## Setores da ANADEP

A ANADEP funciona, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Formada por uma equipe de seis funcionários e uma estagiária, a Associação está dividida em três setores:

- Administrativo
- Comunicação
- Financeiro



Funcionários da ANADEP.

### Diálogo e construção coletiva de atividades

Esta diretoria instituiu a política de realizar reuniões administrativas com todos os setores da entidade. Da posse até o fechamento desta edição, a diretoria 10 reuniões com os funcionários da entidade. Os encontros têm por objetivo traçar o planejamento operacional e logístico das atividades, bem como ouvir as demandas dos setores. Além disso, visa a aproximar a diretoria de todo o corpo de colaboradores.



<b>Já foram realizadas 10 reuniões:</b>	<b>27/02</b>	<b>30/5</b>
	<b>14/03</b>	<b>06/06 (apenas financeiro)</b>
	<b>19/03</b>	<b>11/06 (apenas financeiro)</b>
	<b>14/04</b>	<b>12/06</b>
	<b>29/04 (apenas financeiro)</b>	<b>8/7</b>
	<b>23/5</b>	

## Setor Administrativo

O setor administrativo é o coração da empresa. Responsável pelo planejamento estratégico e pela gestão das tarefas, coordena e fiscaliza os demais setores e fornecendo os dados necessários para a tomada de decisões.

### Tarefas

- agendamento de reuniões com parlamentares e autoridades
- emissão e envio de 87 ofícios
- atualização de mailing de associados, órgãos e entidades
- atualização das listas de associados
- controle de questionário enviado às associações
- emissão de passagens nacionais, internacionais e hospedagens
- suporte administrativo às comissões
- preparação e envio de convocações para reuniões das comissões, Assembleias e outras atividades
- correção de atas de todas as reuniões (AGEs, diretoria e comissões)
- organização de pequenos eventos, em conjunto com os outros setores da entidade
- cotação e contratação de materiais e lanches para eventos e reuniões
- cotação e compra de materiais de escritório
- cotação e compra de itens de limpeza e alimentos/bebidas
- respostas às mensagens da página de contatos
- liberação e bloqueio de cadastros na área restrita
- envio de convites e confirmação de palestrantes do XIV CONADEP
- controle do recebimento de teses e práticas exitosas do XIV CONADEP
- acompanhamento das atividades internacionais (AIDEF, BLODEPM e REDPO) e resposta a e-mails
- preparação de material para registro em cartório
- atendimento telefônico
- impressão e preparação de materiais para atividades legislativas
- contato com associados e presidentes para resolver todo tipo de questão administrativa
- contato com a MarktClub para atualização de dados e novos convênios
- contato com a JUSPREV, Consinter, Juruá e Inovare para demandas diversas
- contato com escritório de advocacia e assessoria parlamentar para envio documentos
- preparação de roteiro de eventos, planilhas, ofícios e documentos em geral
- contato com René (diagramador) sobre trabalhos da ANADEP e do CONADEP
- assistência à Diretoria da ENADEP em suas diversas demandas
- contato com Defensorias para auxiliar na coleta de dados para o Mapa da Defensoria Pública
- resposta a convites recebidos
- preparação e envio de postulação a órgãos do Governo Federal (CNDI, CNPCT, CNDH)
- preparação e envio de postulação a cargo de DPI
- formulação de editais de intercâmbio, Defensor(a) Público(a) Interamericano(a) e outros
- formatação de ofícios, notas técnicas e outros documentos
- preparação e assistência em reuniões na entidade e por zoom
- arquivo e organização dos documentos da ANADEP
- registro e acompanhamento de assinaturas de emendas pelos deputados junto com o FONACATE
- controle de férias de funcionários

## Setor Financeiro

Em março, durante a assembleia geral ordinária, o conselho diretivo da ANADEP fez a prestação de contas da entidade. Todos os relatórios contábeis referentes ao exercício de 2018 foram analisados pelo Conselho Fiscal e aprovados por unanimidade. As associadas e os associados acompanharam a assembleia por transmissão ao vivo, que foi disponibilizada na área restrita. Os balancetes financeiros podem ser acessados no site da ANADEP na área restrita.

A diretoria da ANADEP realiza reuniões com o departamento para ter um feedback da conta da Entidade.

**Através da Counts Contabilidade, o setor financeiro da ANADEP apresenta os balancetes mensais da Associação e cuida do recursos humanos dos funcionários. A Counts trabalha com a constituição de empresas, escrituração contábil, tributário empresarial e os diversos serviços contábeis.**



## Assessoria de Comunicação

A assessoria de comunicação da ANADEP propõe e executa as políticas de comunicação da entidade. Ela é responsável pelas estratégias, projetos e atividades voltadas para os diversos públicos da Associação. A equipe é formada por: uma coordenadora de Comunicação, uma assessora de Comunicação e uma estagiária.

- Criação e aprovação da identidade visual da campanha nacional 2019;
- Criação dos destaques padronizados do Instagram;
- Venda da posse da nova diretoria à imprensa;
- Divulgação da posse para o público interno e externo;
- Criação de peças gráficas para as redes sociais;
- Criação de peças gráficas para as atividades legislativas;
- Divulgação das atividades legislativas;
- Criação do spot de rádio e do roteiro do vídeo da campanha nacional;
- Redação da cartilha da campanha nacional, com apoio da Comissão;
- Promoção, organização e cobertura do evento do dia da mulher, em Brasília;
- Reunião com os assessores de comunicação, em Brasília;
- Reunião na sede da ANADEP para tratar da campanha nacional 2019;
- Visita e diálogo com os veículos sobre a campanha nacional;
- Envio do material da Campanha para as associações estaduais;
- Criação de cards padronizados para as redes sociais sobre a campanha nacional;
- Criação de cards sobre o CONADEP;
- Criação de boletim especial sobre o CONADEP;
- Criação de evento no facebook sobre o CONADEP;
- Planejamento e cobertura da campanha nacional;
- Criação do projeto da campanha nacional;
- Divulgação do balanço da campanha nacional;
- Assessorar os membros da diretoria da Associação Nacional dos Defensores Públicos em atividades de comunicação social;

- Registros fotográficos e videográficos de eventos realizados na associação ou por ela organizados;
- Gerenciar o sítio (home-page) e redes sociais da ANADEP, em colaboração com o setor de informática;
- Coordenar a atuação das Assessorias de Comunicação das Defensorias Públicas e Associações Estaduais no desenvolvimento de material para o sítio da ANADEP;
- Manter arquivos das notícias de interesse da ANADEP publicadas pela imprensa (clipping);
- Organização da pauta semanal (demandas jornalística e publicitária);
- Elaboração do boletim semanal da entidade, o ANADEP EXPRESS;
- Elaboração do Histórias de Defensor(a);
- Realização da ronda nos sites e redes sociais das Associações e Defensorias;
- Elaboração, edição e confecção dos balanços de gestão.

Além disso, há um contrato com a empresa Bah Comunicação (responsável pelos projetos gráficos da ANADEP).

- Desde 2014, a ANADEP mantém contrato com a empresa Bah Comunicação, responsável por todo o planejamento gráfico e visual da entidade. A empresa é responsável por vários serviços especializados e que são fundamentais para a assessoria de comunicação, como:
- Criação de logomarcas;
  - Desenvolvimento de peças gráficas para as redes sociais;
  - Desenvolvimento de peças para eventos;
  - Editoração de cartilhas, livros e revistas;
  - Editoração de balanços;
  - Planejamento e criação da identidade visual da campanha nacional;
  - Redação de peças audiovisuais;
  - Criação e atualização de peças gráficas internas (crachás, cartões, pastas, papel timbrado, entre outras).



## Outras atividades da comunicação

Criação do calendário operacional de comunicação da ANADEP. O material foi discutido e aprovado com a vice-presidente institucional e a diretora de comunicação, durante reunião em janeiro.

### PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES 2019 (CALENDRÁRIO PRÉVIO)

1º semestre					
JANEIRO	FEVEIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Posse ministro da Justiça Organizar os destaques do Instagram (3/1) Convite posse e divulgação ENTREVISTA com o Pedro Iniciar a vender a posse na imprensa Buscar personagens com as associações para a campanha permanente Prévia do Balanço de Gestão Aprovar layout da Campanha Construir as estratégias de divulgação da campanha nacional (interna e externa// online e offline) Histórias <b>DATAS TEMÁTICAS:</b> • 21/1: Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa • 24/1: Dia do Aposentado e da Previdência Social • 29/01: Dia da Visibilidade Trans	Posse no Congresso (1º) Início das atividades legislativas Reiniciar a campanha permanente nas redes sociais (focar em histórias) Divulgação CONADEP Iniciar contato estratégico com os veículos (fortalecimento da imagem institucional) 13/2: POSSE DA ANADEP 14/2: Workshop de comunicação 21 e 22/2: Evento saúde HISTÓRIAS Finalizar a cartilha e spot <b>DATAS TEMÁTICAS</b> • 12: Ratificação pelo Brasil da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher • 7/2: Dia Nacional de Luta das Poses Indígenas • 16/2: Dia do repórter • 27/2: Dia Nacional do Idoso • 24/2: Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil	Atividades Legislativas Evento do dia da Mulher Dia 16 (sábado) Reunião com os assessores de comunicação: 14/3 CONADEP divulgação HISTÓRIAS Finalizar o vídeo da campanha (padrão globo) Dialogar com a Revista Claudia – parceria campanha <b>DATAS TEMÁTICAS</b> CARNIVAL: 1 a 5 • 8/3: Dia Internacional da Mulher • 15/3: Dia Mundial do Consumidor • 21/3: Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial • 21/3: Dia Mundial da Infância • 21/3: Dia Internacional da Síndrome de Down • 25/03: Dia Internacional da Solidariedade da Pessoa Detenta ou Desaparecida • 31/03: Aniversário do	Enviar para todas as associações estaduais o material da campanha <b>Prazo:</b> Iniciar o movimento da campanha nacional com o público interno Sensibilização ANADEP X CONDEGE Ações online Atividades legislativas CONADEP divulgação HISTÓRIAS <b>DATAS TEMÁTICAS</b> • 2/4: Dia Mundial de Conscientização do Autismo • 7/4: Dia Mundial da Saúde • 7/4: Dia do Jornalista • 8/4: Dia Nacional do Braille • 13/4: Dia Mundial da Imprensa • 19/4: Dia do Índio • 23/4: Dia Nacional de Educação dos Surdos • 28/4: Dia Nacional da Educação	<b>CAMPANHA NACIONAL</b> LANÇAMENTO: AUDIÊNCIA PÚBLICA: SESSÃO SOLENE: <b>Estratégia online:</b> Divulgação da campanha nas redes sociais – campanha online Divulgação CONADEP HISTÓRIAS Atividades legislativas <b>DATAS TEMÁTICAS:</b> 1/5: Dia do Trabalhador 3/5: Dia Internacional da Liberdade de Imprensa 12/5: Dia das Mães 13/5: Dia Nacional de Luta contra o Racismo 15/5: Dia Internacional das Famílias 17/5: Dia Nacional de Combate à Homofobia 18/5: Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infantil 18/5: Dia Nacional da Luta Antimanicomial 19/4: Dia do Defensor Público 25/5: Dia Nacional da Adoção 26/5: Dia Internacional da Ação pela Saúde da Mulher 29/5: Dia Nacional de Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes	Aniversário da EC 80 Atividades legislativas Balanço da campanha HISTÓRIAS Divulgação do CONADEP <b>DATAS TEMÁTICAS</b> • 7/6: Dia da Liberdade de Imprensa no Brasil • 12/6: Dia Mundial contra o Trabalho Infantil • 15/6: Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso • 18/6: Dia do Orgulho autista • 20/6: Dia Internacional do Refugiado • 26/6: Dia Internacional contra a Tortura • 28/6: Dia Internacional do Orgulho LGBTI

2º semestre					
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
<b>ANIVERSÁRIO DA ANADEP</b> 3 de julho HISTÓRIAS Atividades legislativas <b>RECESSO LEGISLATIVO:</b> 17 a 1º de agosto DIVULGAÇÃO CONADEP <b>DATAS TEMÁTICAS</b> • 1/7: Dia Nacional da Cidadania • 13/7: Aniversário do Estatuto da Criança e Adolescente • 20/7: Dia do Amigo • 25/7: Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha.	Volta das atividades legislativas DIVULGAÇÃO CONADEP <b>DATAS TEMÁTICAS</b> • 5/8: Dia Nacional da Saúde • 7/8: Sanção da Lei 11.340/06, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher • (Lei Maria da Penha) • 11/8: Dia do Estudante • 11/8: Dia dos Pais • 13/8: Dia Nacional dos Encarcerados • 19/8: Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua • 22/8: Dia da Pessoa com Deficiência Intelectual • 24/8: Dia da Infância • 26/8: Dia Internacional da Igualdade Feminina • 29/8: Dia Nacional da Visibilidade Lésbica	DIVULGAÇÃO CONADEP <b>DATAS TEMÁTICAS</b> • 6/9: Dia Internacional pela Ação pela Igualdade da Mulher • 7/9: Independência do Brasil • 8/9: Dia Internacional da Alfabetização • 21/9: Dia Nacional das Pessoas com Deficiência • 23/9: Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças • 26/9: Dia Nacional da Pessoa Surda	DIVULGAÇÃO CONADEP <b>DATAS TEMÁTICAS</b> • 1/10: Dia Internacional do Idoso – Dia Internacional por uma Terceira Idade Digna • 5/10: Promulgação da Constituição Brasileira de 1988 • 10/10: Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher • 10/10: Dia Mundial da Saúde Mental • 11/10: Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Física • 12/10: Dia das Crianças • 15/10: Dia Nacional do Professor • 27/10: Dia de Mobilização Nacional Pró-Saúde da População Negra	<b>CONADEP NO RIO DE JANEIRO (12 a 15 de novembro)</b> Escolha do tema da campanha nacional <b>DATAS TEMÁTICAS</b> • 20/11: Dia Nacional da Consciência Negra • 25/11: Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher	Fechamento das atividades legislativas Retrospectiva Trabalhar o <i>briefing</i> da campanha 2020 <b>DATAS TEMÁTICAS</b> • 1/12: Dia Mundial da AIDS • 2/12: Dia Nacional do Samba • 3/12: Dia das Pessoas com Deficiência • 8/12: Dia Nacional da Justiça • 10/12: Dia Internacional dos Direitos Humanos – Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos • 13/12: Dia Nacional da Pessoa Cega

# Internacional

## Agenda Internacional

A agenda internacional da Associação Nacional nesses primeiros meses do ano foi intensa. Através da diretoria de relações internacionais e da Comissão para Assuntos Internacionais, a entidade buscou o diálogo e a interlocução com outros países para a troca de conhecimento e práticas exitosas das Defensorias Públicas internacionais.



# ATUAÇÃO INTERNACIONAL



## Novas 100 regras de Brasília



As 100 Regras de Brasília foram aprovadas na 14ª Cúpula Judiciária Ibero-Americana, realizada em Brasília, em março de 2008. Uma década depois, a Comissão de Acompanhamento das Regras de Brasília da Cúpula e do Programa EUROsocial elaborou uma versão revisada das Regras de Brasília que servirão como suporte técnico aos operadores legais para garantir o acesso efetivo à Justiça para as pessoas em

condições vulneráveis. Com o intuito de elaborar uma versão comentada das 100 Regras de Brasília, incluindo as referências jurisprudenciais tanto da Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto da Corte Europeia de Direitos Humanos, bem como das mais importantes normas nacionais e internacionais, a ANADEP divulgou, em fevereiro, edital para coleta de dados e formação do referido banco de jurisprudência.

## OEA

Em abril, o presidente da ANADEP, Pedro Coelho, e o diretor de relações internacionais, Antonio Maffezoli, participaram de reuniões dos Conselhos Executivo e Diretivo da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEP), em Washington, nos Estados Unidos. O encontro teve por objetivo discutir o fortalecimento e a integração das Defensorias Públicas e temas ligados aos direitos humanos. Houve também a sétima sessão especial da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Neste ano o tema foi os mecanismos de monitoramento dos centros de detenção realizados pelas Defensorias Públicas da região. A ANADEP integra o conselho diretivo da Aided, como representante associativo brasileiro.



## ONU

A vice-presidente da ANADEP e a coordenadora da Comissão da Mulher, Rivana Ricarte e Rita Lima reuniram-se com a comitiva da ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, representada por Fernanda de Carvalho e Aline Yamanoto. Durante o encontro, foi discutido a parceria ANADEP em temas que envolvam os direitos das mulheres.



## REDPO e BLODEPM

Em maio, a vice-presidente da ANADEP e a diretora adjunta de relações internacionais, Rivana Ricarte e Adriana Burger, cumpriram extensa agenda, na Argentina, durante a Reunião Ordinária da Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (REDPO); o seminário "Corte Interamericana de Derechos Humanos: 40 años protegiendo derechos. Desarrollos jurisprudenciales y desafíos"; e a Sessão Ordinária anual do conselho diretivo do Bloco de Defensores Públicos do Mercosul (BLODEPM).



**Este ano, o tema da campanha nacional da ANADEP é #EmDefesaDelas: defensoras e defensores públicos pelos direitos das mulheres. Em razão disto, a ONU Mulheres aproximou-se da ANADEP para trabalharem projetos em comum.**

# Campanha Nacional 2019

## Lançamento

O vão livre do Museu de Arte de São Paulo (MASP) - um dos cartões-postais mais conhecidos da capital paulista e do país - foi palco do lançamento oficial da campanha **"Em Defesa Delas: defensoras e defensores públicos pela garantia dos direitos das mulheres"**. Representantes das Associações Estaduais participaram do evento que teve um formato plural: espaço para atendimento psicossocial e jurídico gratuito, exposição temática, distribuição de cartilha temática, roda de conversa, com apoio do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (NUDEM), movimentos sociais e usuárias dos serviços da Defensoria.



# VI

## APOIO À ATUAÇÃO AFIRMATIVA DE GÊNERO DENTRO DAS DEFENSORIAS E ASSOCIAÇÕES ESTADUAIS

## Campanha é destaque na grande mídia

O lançamento oficial da Campanha Nacional 2019 foi destaque na grande imprensa. A iniciativa teve cobertura de vários veículos, como: Jornal Nacional (TV Globo), Rede TV, Jornal Metro, Revista Isto É, entre outros.



## ANADEP e Rede Globo firmam parceria

Mais uma vez, a ANADEP e a Rede Globo firmaram parceria para veicular o vídeo da Campanha Nacional. O filme institucional foi exibido durante os intervalos de toda a programação na vinheta do Globo Cidadania durante todo o mês de junho.

## Parceria com rádios levam spot a rádios de todo o país

A Rádio Justiça foi parceira na divulgação da Campanha Nacional. O spot da Campanha foi veiculado gratuitamente nos intervalos da programação. A iniciativa também apoiou a iniciativa, distribuindo em todo o país, por meio de suas afiliadas, o spot de rádio da Campanha.



## ANADEP apresenta campanha nacional à Comissão de Direitos Humanos da Câmara

O presidente e a vice-presidente da ANADEP, Pedro Coelho e Rivana Ricarte, reuniram-se com o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), deputado Helder Salomão para apresentar à Comissão a Campanha Nacional da Defensoria Pública, cujo tema é "Defensoras e defensores públicos pela garantia dos direitos das mulheres". Com isto, foi marcada para a 2ª semana de julho, audiência pública sobre o tema na Casa.

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS PROMOVE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE DIREITOS DA MULHER.**

**EM DEFESA DELAS: DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS PELA GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES.**

**11 DE JULHO (QUINTA-FEIRA)  
A PARTIR DAS 10HS, NO PLENÁRIO 9, ANEXO 2,  
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**



## Educação em direitos nas redes sociais

Para disseminar a campanha, a equipe de comunicação da ANADEP e a comissão de direitos da mulher divulgaram, durante todo o mês de maio, uma série de posts nas redes sociais relacionados à temática da Campanha.

**VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**

COMO SABER SE EU JÁ PASSEI POR ISSO?

Por falta de informação, muitas mulheres ignoram ou não sabem ter sofrido violência obstétrica. Entre as práticas mais comuns, estão:

- Rongimentos e humilhações durante o parto;
- Uso de occlusivos "sorvete";
- Exames de toque a todo instante;
- Episiotomias (corta no perineu), manobra de Kristeller (empurrar a barriga) e cesáreas desnecessárias;
- Não fornecer analgesia quando solicitada pela gestante;
- Impedir a livre movimentação durante o trabalho de parto;
- Separação do bebê saudável e da mãe no pós-parto;
- Não autorizar um(a) acompanhante de livre escolha da mulher no trabalho de parto (assegurado pela Lei 12.108, que existe desde 2009).

**EM DEFESA DELAS: DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS PELA GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES.**



**O TRABALHO DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS COM MULHERES ENCARCERADAS**

NO SISTEMA PRISIONAL, A DEFENSORIA PÚBLICA PRESTA ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA ÀS MULHERES PRESAS.

- Acompanhamento das questões relativas ao cumprimento de pena (progressão de regime, livramento condicional, indulto, remição de pena por trabalho ou estudo);
- Acesso à saúde;
- Comunicação sobre a violação de direitos humanos (visitas íntimas e humanizadas, relato de assédio, garantia de visitas íntimas entre outras).

**EM DEFESA DELAS: DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS PELA GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES.**



**O TRABALHO DAS DEFENSORAS E DOS DEFENSORES PÚBLICOS COM MÃES ENCARCERADAS**

A DEFENSORIA AUXILIA AS PRESAS GESTANTES, EM QUESTÕES COMO:

- Pedido de exames pré-natais para as grávidas;
- Acesso a métodos contraceptivos e medicamentos;
- Acesso a produtos de higiene íntima;
- Direito de amamentar os filhos;
- Informações sobre a situação dos/as filhos/as das presas (se foi abrigada em instituição de acolhimento e como está a situação dela);
- Fazer defesa em casos de perda do poder familiar;
- Pedido de visitas;
- Direito a prisão domiciliar.

**EM DEFESA DELAS: DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS PELA GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES.**



**O TRABALHO DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA**

Entre alguns dos serviços prestados estão:

- Encaminhamento para centros de referência social;
- Encaminhamento para abrigos ou albergues;
- Emissão de documentos pessoais;
- Apoio para exercício da maternidade;
- Trabalho para fortalecer a rede de atuação das políticas públicas.

**EM DEFESA DELAS: DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS PELA GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES.**



**#EMDEFESADELAS: CONTRA O MACHISMO NO AMBIENTE DE TRABALHO**

Eu realmente prefiro contratar homens. Eles não engravidam.

Será que o marido devia viajar a trabalho?

Deve estar saindo com a chefe.

Vai dar conta de conciliar filhos, casa e vida profissional?

**EM DEFESA DELAS: DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS PELA GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES.**



# Diretoria de Comunicação

A diretoria de comunicação se preocupou em realizar um trabalho estratégico para divulgar o trabalho das defensoras e dos defensores públicos, além de construir um relacionamento claro e direto com os diversos públicos da Entidade. As redes sociais e site da ANADEP são atualizados todos os dias com matérias das Associações estaduais e das Defensorias Públicas. Além disso, semanalmente é enviado o ANADEP EXPRESS, que está com o formato responsivo para tablets e smartphones.

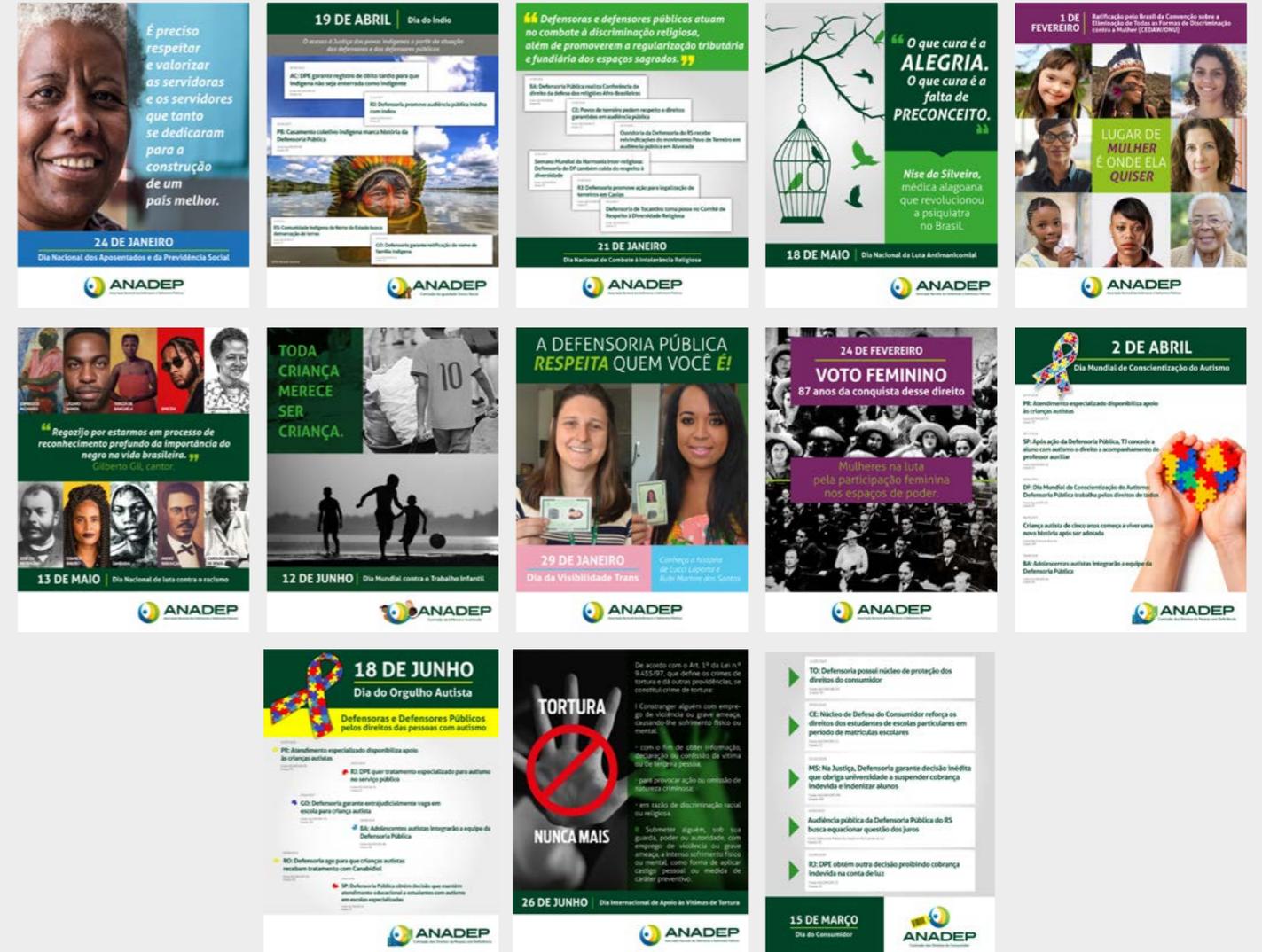
VII

## COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL



## Redes sociais e educação em direitos

A assessoria de comunicação, com apoio das comissões temáticas, desenvolveu 25 peças para promover ações de educação em direitos divulgando o trabalho da categoria nas redes sociais.



- De 26 associações estaduais, 18 têm assessores de comunicação;
- 53% das associações têm apenas 1 profissional de comunicação na assessoria;
- Com o baixo número de assessores, a ANADEP ajuda as Associações estaduais na inserção da logomarca nos cards de educação em direitos.



## Instagram

Para priorizar o relacionamento institucional e divulgar de forma mais célere as atividades da diretoria, a assessoria de comunicação começou a utilizar de forma mais dinâmica o Instagram. A ferramenta possibilitou um maior engajamento entre os seguidores da Associação, que através de posts, storys, cards e vídeos contou com mais um espaço para apresentar seu trabalho diário. A equipe também utilizou novos recursos para padronizar as postagens e marcar a identidade visual da ANADEP na rede. Ah, e sempre utilizando a hashtag **#DefensoriaSim**.



# #ANADEPnaMÍDIA

A equipe busca dialogar semanalmente com os principais veículos de imprensa para ocupar os espaços e divulgar a importância da ANADEP e da Defensoria Pública como agentes de transformação social e para o acesso à Justiça de pessoas em situações de vulnerabilidades. Fomos destaques em veículos como Jornal Nacional, Folha de São Paulo, Rede TV, Metro SP, entre outros.



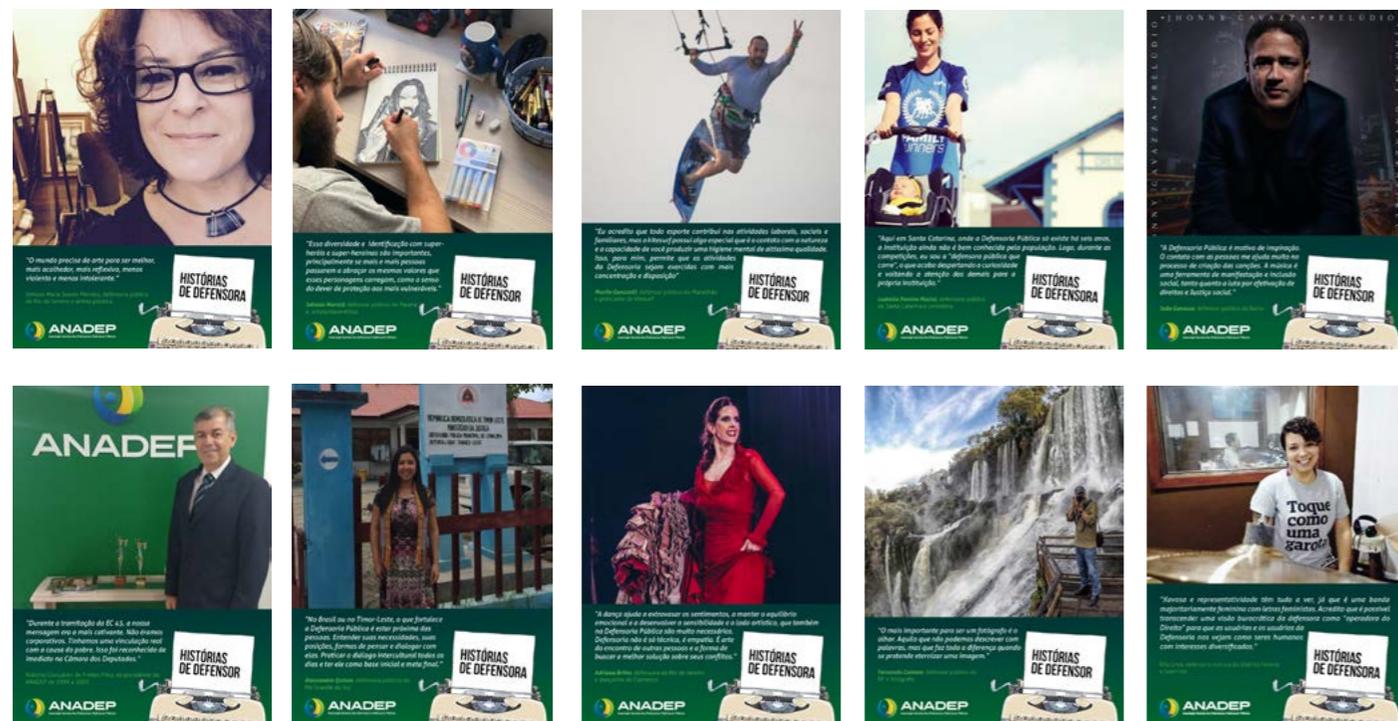
## Retorno de mídia

Na divulgação da campanha nacional, a ANADEP foi destaque em mais de 40 veículos de comunicação do Brasil. Foram investidos cerca de \$22 mil no evento de lançamento. Já o retorno de mídia espontânea chegou a R\$ 6.088.838,09. O vídeo da campanha também foi veiculado gratuitamente pela TV Globo em horários nobres.

## Projeto Histórias de Defensor(a) tem continuidade

No 1º semestre de 2019, a ANADEP deu continuidade ao quadro "Histórias de Defensora/Defensor", que tem como objetivo principal apresentar histórias de colegas para além de aspectos práticos da carreira.

Ao longo deste semestre, o Histórias teve mais de dez entrevistados(as).



## Diretoria promove oficina sobre comunicação

Dando início à política de fortalecimento na comunicação institucional, a diretoria da ANADEP promoveu, logo após a posse, o primeiro workshop de comunicação da entidade. O objetivo do evento foi apresentar e discutir com os representantes das associações estaduais e membros da diretoria o funcionamento da imprensa.

O workshop contou com a palestra da jornalista da CBN Brasília Rodrigues, vencedora de diversos prêmios. Ela apresentou a visão estratégica de imprensa, discutiu como ser fonte em matérias positivas e como agir em caso de matérias negativas.

Após a exposição da jornalista, a coordenadora de comunicação da ANADEP, Karyne Graziane, e assessores de Associações estaduais apresentaram casos de sucesso e insucesso na relação com a mídia, além de debater o mercado profissional, desafios e perspectivas.



# ANADEP celebra 35 anos com programação especial, em Brasília

No dia 3 de julho, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) comemorou 35 anos de uma história marcada pela defesa intransigente das causas das defensoras e defensores públicos, o fortalecimento da Defensoria Pública, bem como a promoção e a efetivação dos direitos humanos. Para marcar a data, a entidade promoverá uma solenidade, no dia 10 de julho, na sede da Escola de Assistência Jurídica da DPDF (Easjur), em Brasília. O evento pretende reunir defensoras e defensores públicos de todo o país, ex-presidentes da Associação, autoridades e representantes da sociedade civil.

Na ocasião, o jurista, advogado e professor titular de direito constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Daniel Sarmiento irá proferir a palestra magna "Constitucionalismo Brasileiro: problemas crônicos e crise".

Conforme o presidente da ANADEP, Pedro Paulo Coelho, o evento será um momento de interação, integração e de agradecimento às defensoras e aos defensores públicos ativos e inativos de todo o país que ajudaram a construir a história da Associação.

A programação contará ainda com a exibição de vídeo temático e homenagens.



SOLENIDADE DE ANIVERSÁRIO DE 35 ANOS DA ANADEP

**PALESTRA MAGNA**  
"Constitucionalismo Brasileiro:  
problemas crônicos e crise."

**DANIEL SARMENTO**  
Jurista, advogado e professor titular de direito constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**DATA**  
10 de julho (quarta-feira)

**HORÁRIO**  
A partir das 18 horas

**LOCAL**  
Escola da Defensoria Pública do Distrito Federal (EASJUR)  
Ed. Rossi Esplanada Business, próximo ao Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)

**INFORMAÇÕES**  
Confirmar presença pelo telefone 0xx61 3963-1747 ou pelo email: [anadep@anadep.org.br](mailto:anadep@anadep.org.br)

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) tem a honra de convidar Vossa Excelência para a solenidade de comemoração de seu 35º aniversário.

**DATA**  
10 de julho (quarta-feira)

**HORÁRIO**  
A partir das 18 horas

**LOCAL**  
Escola da Defensoria Pública do Distrito Federal (EASJUR)  
Ed. Rossi Esplanada Business, próximo ao Hospital Regional da Asa Norte (HRAN)

**INFORMAÇÕES**  
Confirmar presença pelo telefone 0xx61 3963-1747 ou pelo email: [anadep@anadep.org.br](mailto:anadep@anadep.org.br)



*Para celebrar o aniversário, a ANADEP lançou um selo comemorativo*



# ANADEP

Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos



[/anadepbrasil](https://www.instagram.com/anadepbrasil)



[/ANADEP.oficial](https://www.facebook.com/ANADEP.oficial)



[/anadep\\_brasil/](https://twitter.com/anadep_brasil/)



[canaLANADEP](https://www.youtube.com/c/canaLANADEP)



[/ANADEPBrasil](https://www.flickr.com/photos/ANADEPBrasil/)

[anadep.org.br](http://anadep.org.br)

**ANADEP - Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos**

Setor Bancário Sul | Quadra 02 | Lote 10 | Bloco J | Ed. Carlton Tower | Sobrelojas 1 e 2 | Asa Sul

CEP: 70.070-120 | Brasília/DF | Brasil

Tel: +55 61 3963.1747 | Fax: +55 61 3039.1763